

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MEC abre sindicância sobre livros](#)

[Sem educação não há solução](#)

[UnB tem 13 vagas abertas para docentes](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Mea-culpa](#)

[Mackenzie expulsa aluno de direito que falou em morte de negriada nas eleições](#)

[Alçada por primeira-dama, Libras tem gargalo de escolas e professores](#)

[Gestão Bolsonaro abre sindicância para apurar mudanças em edital de livros](#)

[Marcação...](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC terá sindicância sobre edital de livros](#)

[Mais estudo, mais salário](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Edital de livro didático](#)

[100 mil vagas de Fies](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[MEC investiga novo edital](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Ensino a distância](#)

O POVO - CE

[Ministério da Educação terá sindicância sobre edital de livros](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Novo reitor toma posse no ITA em São José, SP](#)

VOZ DA BAHIA

[Pastor do Centro Aprisco de SAJ prega apoio mútuo entre as igrejas e desabafa: “A maioria são mais comerciantes do que pastores”](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Vistoria prévia para venda de carros usados poderá ser obrigatória](#)

R7

[Crise faz universidades oferecerem descontos para atrair novos alunos](#)

CATRACA LIVRE

[Novo coordenador do Enem é acusado de plágio](#)

RADIO SOBRADINHO

[Unisc oferece nova oportunidade de ingresso em mestrados e doutorados](#)

REVISTA PESQUISA FAPESP

[Do pó à tempestade](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Gestão Bolsonaro abre sindicância para apurar mudanças em edital de livros](#)

BLOG DA MIRIAN LEITÃO

[Governo Bolsonaro precisa dizer qual seu projeto para a educação](#)

G1

[MEC abre sindicância para apurar edital que permitia compra de livros escolares com erros e propagandas](#)

[UFRR lança edital com 19 vagas para mestrado em ciências da saúde](#)

PORTAL EXAME

CLIPPING



[MEC começa a ouvir servidores para investigar caso dos livros didáticos](#)

PORTAL VEJA

[Marcos Pontes diz que não se deve misturar ciência com religião](#)

[Ex-ministro da Educação vê erro operacional em edital, sem intenção](#)

TERRA

[Unincor abre vagas para o novo curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica Avançada e Saúde Integral](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC começa a ouvir servidores para investigar caso dos livros didáticos](#)

[Piso salarial para o magistério é reajustado em 4,17%](#)

MEIO NORTE - PI

[Professores farão mestrado na Irlanda](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Vai e vem na Educação](#)

[100 mil VAGAS PARA O FIES NO 1º SEMESTRE DE 2019](#)

PÍLULAS

ESTADO DE MINAS - MG

[Rodríguez anula alterações em livros](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Roraima deve receber mais de R\\$ 750 milhões para Educação](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Polos de ensino a distância](#)

O POVO - CE

[MEC anula itens em edital que permitia erros em livros didáticos](#)

Agências de notícias e sites

HORA BRASIL

[INES/UAB seleciona 220 tutores para trabalho presencial ou a distância](#)

JORNAL DIA A DIA

[Unisc oferece nova oportunidade de ingresso em mestrados e doutorados](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC vai abrir sindicância para investigar caso dos livros didáticos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC abre sindicância sobre mudanças em livros didáticos](#)

[Não se deve misturar ciência com religião, diz Marcos Pontes sobre vídeo de Damares](#)

CORREIO WEB

[Ex-ministro da Educação diz não saber o que aconteceu em edital de livros](#)

G1

[Udesc oferece 392 vagas de graduação a candidatos do Enem com inscrição em janeiro](#)

METRÓPOLES

[MEC abrirá sindicância para investigar caso dos livros didáticos](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático](#)

UFMG

[Com mudanças, Sisu abre inscrições no próximo dia 22](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

MEC abre sindicância sobre livros

Servidores do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) começaram a ser ouvidos ontem sobre as mudanças no edital de seleção de livros didáticos. O Ministério da Educação (MEC) afirmou que abriria sindicância para

investigar se as alterações foram feitas para prejudicar o ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez.

As mudanças causaram polêmica. O novo conteúdo permitia a compra, para escolas da rede pública, de obras com erros e propaganda, além de suprimir a obrigatoriedade de alguns assuntos, como a cultura quilombola, a história dos afro-brasileiros e africanos e a violência contra a mulher.

Do material, foi eliminada a exigência de “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder”, “com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda de não violência contra a mulher”. Funcionários responsáveis pelo envio do documento ao Diário Oficial da União (DOU) foram chamados para prestar esclarecimentos. De acordo com a assessoria da pasta, o MEC se pronunciará apenas no final das investigações.

O edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi modificado cinco vezes ao longo do ano passado. A última versão, assinada por Rogério Fernando Lot, presidente substituto do FNDE à época, foi encaminhada ao DOU em 28 de dezembro e publicado em 2 de janeiro

Em nota, o MEC informou que as modificações foram suspensas, “tendo em vista os erros que foram detectados no documento”, e ressaltou que as alterações foram feitas ainda na gestão anterior. A pasta reforçou o “compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira”.

Além disso, o órgão desmentiu “qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. A última versão do documento estabelecia critérios para as obras que seriam utilizadas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental nas escolas públicas em 2020.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Sem educação não há solução

VISÃO DO CORREIO

Entra ano, sai ano e o velho drama da falta de educação e cidadania é visto nas ruas, avenidas e praças das cidades pelo país afora. Um simples copo e um canudinho de plástico jogados no chão podem parecer insignificantes para quem joga ou para quem passa por eles, mas, se cada pessoa parasse para refletir sobre as possíveis consequências desse desleixo, se assustaria. Acumulado e carregado pela enxurrada, o lixo, até então esparso nas vias públicas, se junta e pode causar tragédias inomináveis, porque entope bueiros e trava galerias, provocando mortes por afogamento e ainda mortandade de animais que engolem tanta sujeira nos rios e nos oceanos. E também doenças, como a dengue e outras similares, já que recipientes de plástico servem de criadouro para os vetores.

Imagens de lixo acumulado em vias públicas e de bueiros entupidos de sujeira, principalmente plástico, por incrível que pareça, não sensibilizam a população o suficiente para evitar esse péssimo hábito: jogar lixo em qualquer lugar sem o menor

constrangimento. Dois exemplos bastam para ver o tamanho do problema. Em Belo Horizonte, são retiradas dos bueiros pela prefeitura cerca de 22 toneladas de lixo diariamente. No Distrito Federal, a Novacap recolhe 25 toneladas a cada dia dos 170 mil bueiros, um gasto anual de R\$ 5 milhões, dinheiro que poderia ser investido em campanhas de educação ambiental, por exemplo.

E já que é praticamente impossível punir cada cidadão que insiste em jogar lixo nas ruas e praças, medida que seria muito justa pelos riscos que a sujeira representa, não há outro caminho se não o da educação. Campanhas educativas não faltam, mas, mesmo assim, são insuficientes. Então, é preciso ampliá-las, principalmente nas escolas. O ideal é de que essa educação venha do berço, de dentro de casa, para quando a criança chegar à escola já tenha uma base. E nas escolas o tema educação ambiental, que geralmente é multidisciplinar, deveria ser específico, principalmente educação urbana, ou seja, ensinar crianças e adolescentes a viver e conviver em harmonia com o ambiente nas cidades.

Embora a variedade de lixo seja imensa, não há dúvida de que o maior vilão é o plástico, principalmente a praga das garrafas PET e das sacolinhas de compras. Enquanto estas voltaram livremente para os estabelecimentos comerciais depois de sucessivas tentativas de impedimento do uso, as primeiras são mesmo incontroláveis. São muitos os programas de reciclagem, mas a produção e a falta de educação são infinitamente maiores. Além dos transtornos nas cidades, o drama é grande nos rios e nos oceanos, onde esse tipo de material demora centenas de anos para decomposição e, enquanto isso, vai causando danos e tragédias ambientais. Basta dar uma olhada na internet para perceber o caos. São muitos os casos até de baleias que morrem “entupidas” com dezenas de quilos de plástico que acham que é alimento. E também de pássaros e répteis mundo afora.

Um exemplo assustador é o da chamada “ilha de lixo”, que fica numa região do Pacífico entre o Havá e a Califórnia. É considerado o maior amontoado de lixo flutuante do planeta. Maior, incrivelmente, do que o estado do Texas (EUA), descoberto há alguns anos por um velejador que se viu entre milhões de toneladas de plástico flutuante e outros detritos. Uma campanha de limpeza lançada por um jovem holandês, ao custo de US\$ 32 milhões, está em andamento para limpar a área nas próximas duas décadas. Com certeza, terá êxito, mas sabe-se que, no fim das contas, será como enxugar gelo, porque, se as campanhas educativas não forem ampliadas, o lixo continuará sendo despejado livre e impunemente.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

UnB tem 13 vagas abertas para docentes

A Universidade de Brasília (UnB) está com 11 processos seletivos abertos para professores substitutos de diversas áreas. Estão sendo oferecidas 13 vagas imediatas, e um dos processos ainda oferece formação de cadastro reserva. As remunerações vão de R\$ 2.236,31 a R\$ 5.786,68. As inscrições são gratuitas e de forma presencial. Para se inscrever, é necessário levar cópia do documento de identificação e ficha de inscrição, preenchida e assinada.

Para os interessados em dar aula de enfermagem, há uma vaga, com carga horária de 20 horas para ser preenchida. O salário é de R\$ 2.236 e a inscrição pode ser feita até 18 de janeiro. É necessário ter graduação em enfermagem e a seleção será por provas de

títulos e didática. No Departamento de Teoria e Fundamentos, tem uma oportunidade de 40 horas para candidatos à cadeira de filosofia da educação. É exigido mestrado no assunto. A remuneração é de R\$ 3.126, podendo chegar a R\$ 4.273. As inscrições vão de 14 a 25 de janeiro. Haverá provas de títulos e oral.

A Faculdade de Comunicação está com vaga de 40 horas para técnicas de registros e processamento de filmes. É exigido mestrado em comunicação, letras ou artes. Os interessados têm até o dia 24 para se candidatar. A seleção prevê provas de títulos e oral. O Departamento de Audiovisuais e Publicidade tem uma oportunidade para graduados ou mestres em comunicação. A vaga é de 40 horas e as inscrições estão abertas até 18 de janeiro. A seleção se dará por provas de títulos e oral.

Graduados e mestres em serviço social e afins podem concorrer a uma chance no departamento. A vaga é de 40 horas e as inscrições ocorrem até 18 de janeiro. Haverá provas de títulos e didática. O Instituto de Artes tem uma oportunidade de 40 horas para encenação 2 — figurino e caracterização. Além de três oportunidades na cadeira de interpretação e corpo. Os interessados têm até 18 de janeiro para se candidatar. Haverá provas de títulos, didática e oral. Já o Departamento de Artes Visuais tem vaga de 40 horas, com inscrições de 16 a 29 de janeiro. Haverá provas de títulos, didática e oral.

Para concorrer a chance na cadeira de engenharia mecânica ou química, com lotação na UnB Gama, é preciso ter mais pressa. As inscrições terminam no dia 15. A vaga é de 40 horas. Os candidatos serão escolhidos a partir das provas de títulos e didática.

Química

No Departamento de Química, há uma oportunidade para química analítica, além de formação de cadastro reserva. É exigido doutorado em química ou afins há, no mínimo, dois anos, ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área, e ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos cinco anos. A vaga é de 40 horas, mas a remuneração pode chegar a R\$ 5.787. As inscrições terminam em 18 de janeiro e definirão a escolha as provas de títulos e didática.

Há uma vaga de 40 horas também no Centro de Excelência em Turismo. É exigida graduação em turismo e mestrado em alguma das seguintes áreas: turismo, geografia, comunicação, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, sociologia, engenharia ambiental, antropologia, história, ecologia, economia, administração, museologia, artes, arquitetura e urbanismo, políticas públicas, filosofia, educação ou lazer. Os interessados têm até dia 18 para se inscrever. Haverá provas de títulos e didática.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Mea-culpa

Nesta quinta (10), o FNDE reconheceu ao MEC que o erro na publicação do edital sobre livros didáticos ocorreu no órgão, que publicou uma versão antiga do documento. A investigação sobre o caso ficará por conta da futura corregedora da pasta, Suelen Botelho, que ainda não foi nomeada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/01/11/surpreendido-pelo-psb-maia-aposta-em-traicoes-na-esquerda-e-no-mdb-para-levar-eleicao/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Mackenzie expulsa aluno de direito que falou em morte de negriada nas eleições
Aluno de universidade de São Paulo fez comentário racista e foi alvo de protestos
São Paulo

O estudante Pedro Bellitani Baleotti, 25, foi expulso da Universidade Presbiteriana Mackenzie, depois da repercussão de vídeo no qual aparece dizendo "Tá vendo essa negriada? Vai morrer! Vai morrer!".

A decisão da universidade foi tomada em dezembro de 2018 e consta de um parecer do Ministério Público sobre o caso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/mackenzie-expulsa-aluno-de-direito-que-falou-em-morte-de-negriada-nas-eleicoes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Alçada por primeira-dama, Libras tem gargalo de escolas e professores
É preciso investir em escolas bilíngues e ampliar a oferta para formação de professores
São José do Rio Preto

Com dores no peito, Neivaldo Zovico recorreu ao serviço de emergência de um hospital público de São Paulo. Saiu de lá com a receita para dores musculares e um profundo desgosto. Surdo, ele não conseguia transmitir seus anseios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/alcada-por-primeira-dama-lingua-de-libras-tem-gargalo-de-escolas-e-professores.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Gestão Bolsonaro abre sindicância para apurar mudanças em edital de livros
Governo retirou da internet versão que deixava de exigir pontos como referência bibliográfica
Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) retirou da internet nesta quinta-feira (10) a versão do edital de compra de livros didáticos que deixava de exigir das editoras obras com referências bibliográficas e compromissos com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e povos do campo. Uma sindicância já foi instalada no Ministério da Educação para apurar o caso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-bolsonaro-abre-sindicancia-para-aporar-mudancas-em-edital-de-livros.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Marcação...

Em sua segunda semana no governo João Doria (PSDB), o titular da Educação, Rossieli Soares Silva, já enfrenta as pressões do cargo. Nesta quinta (10), uma imensa faixa foi colada no chão na entrada do prédio da pasta, no centro da capital, com um recado para o secretário: "Nenhum professor(a) desempregado! Nenhum estudante sem aula!"

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48594&anchor=6109621&pd=2acdfdb77ddfe4000e6d153ba8fc9a32>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC terá sindicância sobre edital de livros

Com mudança, publicada no dia 2, materiais não precisariam mais trazer referências bibliográficas, entre outros; alterações foram canceladas

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir sindicância para investigar o que aconteceu no caso da mudança do edital dos livros didáticos. Surgiram informações de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Por outro lado, há os que afirmam que foi apenas um equívoco do servidor que mandou o link do edital para o Diário Oficial.

O MEC pediu a abertura da sindicância e aguarda a portaria ser publicada pela Casa Civil. Na sequência, serão designados os funcionários que farão parte da investigação. Ontem, servidores do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) começaram a prestar esclarecimentos de maneira informal. Foram chamadas pessoas responsáveis pelo envio do documento que foi publicado no Diário Oficial.

Indicado para a presidência do FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva não quis comentar o caso. Ele disse que, enquanto sua nomeação não for publicada no Diário Oficial, não pode responder a nada que se refira à autarquia. "Toda a parte da presidência está ainda na gestão anterior", se limitou a dizer.

Anteontem, o Estado revelou as mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 em escolas do ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que a medida seria anulada. Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão.

Ex-ministro. O governo de Jair Bolsonaro culpou a gestão anterior, já que o edital estava datado de 28 de dezembro. "Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", disse ontem, em entrevista à Rádio Eldorado, o ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

A publicação no Diário Oficial saiu em 2 de janeiro, quando Bolsonaro já era o presidente. Integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Só depois das denúncias na imprensa o MEC soltou nota avisando que "erros foram detectados" no texto.

Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”. Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia que os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Mais estudo, mais salário

É preciso ter ao menos 12 anos de estudo para receber mais que R\$ 2,1 mil; 73% dos trabalhadores nem começaram a faculdade

Um em cada quatro brasileiros chega ao ensino superior e consegue ganhar mais do que a média nacional, de R\$ 2,1 mil. Caso de Ricardo Rocha (foto).

Apenas um quarto dos trabalhadores brasileiros conseguiu estudar o bastante para ganhar acima da média nacional, apesar dos avanços no número de universitários nos últimos anos. Um levantamento feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que é preciso ter pelo menos 12 anos de estudos – o equivalente ao ensino superior incompleto – para conseguir ganhar mais que os R\$ 2.196, como a média dos trabalhadores recebe por mês.

De 2012 para cá, o percentual de trabalhadores que completaram a educação superior, de fato, aumentou – eram 13,3% do total há seis anos e agora passam de 18%. A maioria dos brasileiros no mercado de trabalho (38,6%), porém, estudou até o ensino médio.

Todos aqueles que nem começaram uma faculdade chegam a 73,5% da força de trabalho, segundo os números da Pnad, compilados pela consultoria IDados. O estudo mostra, ainda, que a renda real, já descontada a inflação, caiu até 11% nas principais faixas de formação, entre 2012 e 2018.

“De certa maneira, o que foi feito em termos de educação pelos governos até agora só atacou parte do problema. A formação brasileira ainda é de baixa qualidade e há um elevado índice de evasão do ensino médio em diante. Isso acaba se refletindo na qualidade de vagas que são criadas no mercado de trabalho e na remuneração”, diz o economista Bruno Ottoni, pesquisador do IDados.

Ao mesmo tempo que os rendimentos dos trabalhadores com menor instrução é metade da média nacional, os mesmos dados também apontam que, apenas concluir a graduação pode mais que dobrar o rendimento do trabalhador.

Ricardo Rocha, de 25 anos, é um exemplo disso. Formado em administração de empresas, com uma bolsa de estudos, ele chegou a trabalhar em um supermercado para ajudar a mãe, que é empregada doméstica. Depois de formado, ele conseguiu uma colocação melhor na área administrativa de um banco em São Paulo. É o primeiro da família a ter um diploma universitário.

“A oportunidade maior veio depois da faculdade. Por mais que os últimos anos tenham

sido difíceis para o mercado de trabalho, para mim, eles representaram um novo patamar de oportunidades. Antes, as funções serviam para pagar as contas. Agora, muitas oportunidades se abriram para mim.”

A irmã mais velha de Rocha chegou a interromper os estudos. “Com esforço, ela conseguiu concluir a faculdade depois também. A nossa família nunca teve muitos bens, mas sempre acreditou que era preciso aproveitar as oportunidades para ir mais longe.”

Evasão. Nos anos de crise, muitos brasileiros não tiveram a mesma sorte e foram obrigados a adiar a conquista do diploma. Uma reportagem publicada pelo Estado, em maio, apontava que 170 mil jovens, de 19 a 25 anos, haviam abandonado a faculdade em 2017 – o aumento da evasão foi o maior desde o início da Pnad, há seis anos, segundo a consultoria LCA.

Os reflexos de se interromper a formação ainda deve ser sentido nos próximos anos, avalia o economista Sergio Firpo, do Insper. Ele lembra que os jovens vindos de família com renda mais baixa foram justamente os mais afetados durante a crise. “Quando o chefe do domicílio perdeu o emprego, alguns desses jovens foram obrigados a entrar no mercado de trabalho mesmo antes de completar a sua formação.”

“De certa maneira, o que foi feito em termos de educação pelos governos até agora só atacou parte do problema.” Bruno Ottoni ECONOMISTA, PESQUISADOR DA CONSULTORIA IDADOS

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Edital de livro didático

A anulação da 5ª mudança no edital do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) deve ser publicada hoje no "Diário Oficial da União" (DOU). A decisão foi tomada depois de o documento ter gerado ampla repercussão negativa por excluir algumas exigências para as editoras que elaboram os livros comprados pelo MEC. Entre os trechos suprimidos, constavam aqueles que exigiam conteúdos que abordassem a violência contra a mulher e a cultura quilombola.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6060085/curtas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

100 mil vagas de Fies

O Ministério da Educação (MEC) vai ofertar neste ano 100 mil vagas de Fies, financiamento estudantil do governo, público. Essa modalidade tem recursos do Tesouro e taxa de juro zero. Trata-se do mesmo volume oferecido em 2018, quando só cerca 80 mil vagas foram preenchidas. O período de inscrição é de 5 a 12 de fevereiro. São elegíveis para essa modalidade de Fies os alunos com renda familiar bruta per capita de até três salários mínimos, que tenham obtido ao menos 450 pontos no Enem e não tenham zerado na prova de redação. O financiamento de bancos privados será divulgado na segunda quinzena deste mês.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6059901/destaques>

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

MEC investiga novo edital

Depois de suspender documento que dispensava referências bibliográficas e controle de erros em livros didáticos, ministro determina apuração para descobrir quem fez últimas alterações

Brasília – O ministro da Educação, o colombiano, Ricardo Vélez Rodríguez, mandou abrir sindicância para apurar a mudança do edital de livros didáticos que permitia a compra de obras com erros e propagandas, informou a pasta em nota ontem. A alteração também acabava com a exigência para as editoras de retratar a diversidade étnica e o compromisso de combate à violência contra a mulher, além da obrigatoriedade de citar referências bibliográficas.

De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, “o MEC irá se pronunciar após os resultados das investigações”. Mas não há previsão para a conclusão do trabalho. A investigação foi anunciada um dia depois da divulgação das mudanças no edital para compra de livros didáticos. A primeira versão do edital é de março de 2018. Mas em outubro ele passou por atualização, e, em 2 de janeiro deste ano, foi publicado com as alterações.

Depois das críticas, o Ministério da Educação anulou as modificações do edital e afirmou que foram feitas pela gestão anterior do MEC no governo Temer. O ex-ministro da Educação Rossieli Soares negou que tenha feito as alterações. A sindicância vai apontar o responsável pelas mudanças. O edital contém diretrizes para aquisição de obras para o 6º e 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. A compra do material, que deve ser usado em 2020, é feita pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É natural haver alterações em documentos desse tipo. A mudança de 2 de janeiro foi a quinta realizada no edital, a primeira no governo do presidente Jair Bolsonaro.

O ex-ministro Rossieli Soares negou que a gestão dele tenha feito modificações para excluir temas como promoção das culturas quilombolas e o compromisso com ações de não violência contra a mulher no edital. “Não tivemos nenhuma alteração que fosse ao contrário de expandir esses temas importantes”, afirmou ele em entrevista ao site G1. “Não temos nenhum pedido para exclusão da educação quilombola, ou da não violência contra a mulher. Isso é impossível. Qualquer alteração desta é um erro que não partiu da nossa gestão. Não sei como isso aconteceu, cabe ao ministério averiguar, e creio que o farão”, completou. Rossieli afirmou ainda que a única mudança proposta pela gestão dele era sobre a desclassificação de obras que não tivessem arquivo de áudio.

“Isso é um motivo agora de desclassificação. Estavam esclarecendo essas regras. As alterações são única e exclusivamente nesse sentido. Nada, absolutamente nada, de conteúdo”, declarou. Ele afirmou que não chegou a olhar a publicação do edital e soube das alterações por meio das notícias veiculadas ontem. “A publicação foi no dia 2, eu nem vi. Estou olhando tanto para as prioridades da Secretaria de Educação de São Paulo e precisamos avançar, que nem tinha observado isso, fiquei sabendo pela imprensa”, disse. Na avaliação do ex-ministro, houve um erro “operacional” que deve ser apurado pela atual gestão. “Entendi que não houve determinação do novo ministro para alterar isso, não houve da minha. Entendo que houve algum erro operacional. Não sei como foi o processo para publicação. Teria que observar o processo”, completou.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - AFFONSO RITTER

Ensino a distância

Enquanto o número de ingressos no ensino a distância subiu mais de 20% nos dez anos, de 2006 a 2016, conforme o Censo de Educação Superior, nos cursos presenciais de ensino superior, caiu 3,7% de 2015 para 2016. Na nota da coluna de ontem faltou por erro de digitação a data de referência (2006). A pesquisa aponta ainda que 2,8 milhões de pessoas estão matriculadas em cursos livres.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Ministério da Educação terá sindicância sobre edital de livros

Investigação. Texto enviado ao Diário oficial

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir sindicância para investigar o que aconteceu no caso da mudança do edital dos livros didáticos. Surgiram informações de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez. Por outro lado, há os que afirmam que foi apenas um equívoco do servidor que mandou o link do edital para o Diário Oficial.

O MEC pediu a abertura da sindicância e aguarda a portaria ser publicada pela Casa Civil. Na sequência, serão designados os funcionários que farão parte da investigação. Ontem, servidores do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) começaram a prestar esclarecimentos de maneira informal. Foram chamadas pessoas responsáveis pelo envio do documento que foi publicado no Diário Oficial.

Indicado para a presidência do FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva não quis comentar o caso. Ele disse que, enquanto sua nomeação não for publicada no Diário Oficial, não pode responder a nada que se refira à autarquia. "Toda a parte da presidência está ainda na gestão anterior", se limitou a dizer.

Anteontem, o jornal O Estado de S. Paulo revelou as mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 em escolas do ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que a medida seria anulada. Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão.

O governo de Jair Bolsonaro culpou a gestão anterior, já que o edital estava datado de 28 de dezembro. "Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", disse ontem, em entrevista à Rádio Eldorado, o ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

A publicação no Diário Oficial saiu em 2 de janeiro, quando Bolsonaro já era o presidente. Integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Só depois das denúncias na imprensa o MEC soltou nota avisando que "erros foram detectados" no texto.

Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia que os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Novo reitor toma posse no ITA em São José, SP

Cláudio Jorge Pinto Alves substituiu Anderson Ribeiro Correia no cargo, que passou a atuar como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O novo reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Cláudio Jorge Pinto Alves, tomou posse em cerimônia nesta quinta-feira (10). Ele substituiu **Anderson Ribeiro Correia** no cargo, que foi nomeado presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Ex-vice reitor na gestão de Correia, Claudio Jorge disse que o objetivo é dar continuidade ao trabalho que vinham desenvolvendo. "Vamos continuar com o que a instituição pode contribuir em sua potencialidade e que o ITA já desenvolve junto à sociedade civil, para a Força Aérea e para o país", disse.

Claudio Jorge é engenheiro de infraestrutura aeronáutica com mestrado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e doutorado pelo ITA.

O cargo de vice-reitor passará a ser ocupado por Carlos Henrique Costa Ribeiro, que ocupava o posto de pró-reitor de graduação. Ele deve iniciar no cargo na próxima segunda (14).

topo ↕

VOZ DA BAHIA - TEMPO REAL

Pastor do Centro Aprisco de SAJ prega apoio mútuo entre as igrejas e desabafa: "A maioria são mais comerciantes do que pastores"

Na live do Voz da Bahia desta quinta-feira (10), o pastor Reinaldo Barreto, coordenador do Centro de Recuperação Aprisco para dependentes químicos de Santo Antônio de Jesus esteve presente expondo seus pensamentos. O pastor na entrevista falou sobre diversos temas, entre eles um dos problemas que mais atinge a humanidade atualmente, a depressão, e a importância do homem em dedicar sua vida ao próximo e a Deus. Reinaldo ainda revelou que Centro atualmente cuida de mais de 100 pessoas e vive de doações, e está prestes a receber mais internos, "estamos com 123 pessoas e daqui pra domingo chega mais 10 pessoas. Estou esperando sair algumas pessoas para receber mais", contou.

Intimidade: Ao iniciar a sua fala, o coordenador ressaltou a importância das igrejas, e, intimidade principalmente com o Reino dos Céus, "o que nós temos que provocar nas pessoas hoje é a intimidade. O que as igrejas e as pessoas estão prometendo? As premissas. Premissas provocam coisas terrenas, às intimidades trazem o Reino sobre nós. Quando você tem intimidade com Deus, o reino dele vem sobre você", ressaltou. É possível perceber a preocupação do mesmo também com essa supervalorização dos bens materiais quando ele fala da relação das pessoas com a ambição, e a riqueza, "toda pessoa rica, cheia de ambição, quer mais riqueza, este é ambicioso pelas coisas da terra. Você pode ser o cara mais rico do mundo, mas se você tem amor as suas coisas materiais, você é pobre. Tem muitas pessoas que eu vejo humildes que são felizes e

ricas pelo Espírito Santo de Deus que habita nelas", pontuou.

Depressão no meio religioso: O mesmo trouxe a sua visão também a respeito da depressão. O pastor usou uma situação que vivenciou para expor sua opinião sobre a doença, e chegou a ligar a depressão a problemas espirituais, "eu tive um problema espiritual. Com quinze, dezesseis anos eu dava crises de convulsões e fiz vários tipos de exames e não dava nada. Um dia eu tive um sonho dentro de uma igreja, eu não acreditava em pastores, em ninguém, quando eu cheguei lá o pastor orou e caiu um problema espiritual. Quando eu estava em Salvador eu sentia tipo uma depressão, uma angustia dentro de mim terrível. Era ausência de Deus dentro da minha vida", testemunhou.

Dor na alma: O pastor descreveu a depressão como uma dor na alma, e a pronta presença de Jesus é como o remédio para essa dor, "porque muitos líderes estão cometendo suicídio? Porque Judas cometeu suicídio? Por causa da dor, ele sentia uma dor muito grande na alma. E quando a gente tem uma dor na alma, remédio nenhum, nem o nome de Jesus resolve, só a presença de Jesus na sua vida, dentro da sua vida, pode tirar essa dor", disse. Reinaldo seguiu repetindo que o nome de Jesus em si não cura dores, mas a presença Dele real, "o nome de Jesus não cura a dor na alma, porque, o depressivo não sabe por que ele está passando por aquilo, ele só que se isolar, a maioria das pessoas é assim. O nome de Jesus tem o poder de curar, de milagres físicos que as pessoas veem, mas quem está vendo a dor que está na tua alma? Então a gente vê muitas pessoas que fisicamente estão bem, mas estão com uma dor muito grande na alma", explicou. .

Equipe APRISCO: Embora seja um espaço religioso, o diretor do Centro fez questão de falar das diversidades presentes na sua equipe, ao dizer que não contam apenas com líderes religiosos no espaço, mas também com psicólogos, psiquiatras, enfermeiros e outros profissionais, "nós cremos no psicólogo, no psiquiatra, e no Aprisco tem esses profissionais, eu que trabalho como pastor na área da libertação e tem uma pessoa que trabalha com cura interior. Eu creio que Deus pode mudar as pessoas sim, mas eu creio que Ele também usa o médico. Lá também tem uma técnica em enfermagem que mora lá. Nós temos um ambulatório no Centro, e a técnica fica 24 horas lá. Quando os alunos vão para o **CAPES** a técnica em enfermagem vai junto", esclareceu.

Apoio mútuo entre igrejas: O líder religioso durante a sua fala trouxe uma questão que toca na individualização que é preservada por muitas igrejas. Ele defende que haja uma ajuda mútua entre as igrejas, um trabalho recíproco onde as mais abastardas, ajudem as mais simples, "raramente uma igreja mais rica chega para uma igreja mais pobre para ajudar. Cada um puxa para a sua denominação, mas quem é Reino não olha a placa, e o que falta hoje é que a maioria dos líderes 'não são Reinos'. A maioria dos pastores são mais comerciantes do que pastores. No dia que os pastores forem Reino, o índice de drogas vai diminuir muito na cidade. Vamos pensar assim, Deus não vê quantidade, pode ser uma igreja grande, ou uma igreja pequena. Eu acho que se tiver 100 igrejas em Santo Antônio de Jesus, Deus vê o corpo, sem denominação, a, b, c, ou d. Eu acho que as igrejas maiores, deveriam investir nas menores", sugeriu.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Vistoria prévia para venda de carros usados poderá ser obrigatória

O texto (PL 3293/12) estabelece que, antes de transferir o veículo, o vendedor deverá providenciar laudo oficial de vistoria prévia sobre a autenticidade da inscrição do chassi e demais elementos de identificação.

Hiran Gonçalves, do PP, comemora a construção do Centro de Diagnóstico Precoce de Câncer em Roraima, que deve ser inaugurado em julho deste ano. Os recursos para a obra foram garantidos por meio de emenda de bancada no valor de 30 milhões de reais.

A instituição será administrada pelo Hospital do Câncer de Barretos que é considerado pelo deputado como referência nacional no tratamento oncológico. Inicialmente, a unidade de saúde fará a prevenção e o diagnóstico dos tumores de mama e do colo do útero.

Além do Centro de Diagnóstico Precoce de Câncer, Roraima também vai contar, a partir de julho deste ano, com o primeiro acelerador linear para atendimento em radioterapia. Hiran Gonçalves acredita que, a partir de agora, Roraima poderá oferecer tratamentos mais dignos para a população.

Hiran Gonçalves: É uma obra importante para o estado, porque muitas pessoas que têm câncer lá e que precisam de radioterapia precisam entrar em uma fila de TFD – Tratamento Fora de Domicílio – e terminam morrendo na fila porque não tem hospitais de referência no Brasil para fazer esse tratamento adjuvante que é importante no tratamento do câncer. Então, nós vamos ter lá, em julho já, a inauguração do nosso primeiro acelerador linear para fazer radioterapia lá mesmo, e ao lado disso, também uma coisa importante no tratamento de câncer é o diagnóstico precoce, que trata de maneira efetiva e definitiva 90% dos casos de câncer que nós conhecemos. Para isso, a unidade de Barretos vai fazer em Roraima um centro de diagnóstico. A gente dando diagnóstico precoce dessa doença, a gente vai estar salvando muitas vidas e evitando que essas pessoas saiam de Roraima para fazer esse tipo de tratamento fora do estado.

Desde que chegou à Câmara, Afonso Hamm, do PP do Rio Grande do Sul, tem encaminhado emendas para melhorar a saúde pública, destinando recursos para reformas e aparelhamento de unidades básicas, e para a compra de automóveis e ambulâncias.

Afonso Hamm também destaca seu trabalho em prol das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos e cobra do governo federal a correção da Tabela SUS para não prejudicar ainda mais essas instituições que, segundo ele, prestam relevantes serviços ao Sistema Único de Saúde.

Afonso Hamm: Atuamos no apoio aos hospitais filantrópicos, às Santas Casas que, aliás, se encontram em absoluta dificuldade. Nós precisamos melhorar e corrigir a Tabela Sus, que é fundamental. Já faz mais de 12 anos que não há correção e quanto mais os hospitais e as Santas Casas atendem pelo sistema SUS, mais prejuízo dá. Isso vai ter que acabar. Nós esperamos, a partir do novo governo, do governo Bolsonaro e do nosso ministro Mandetta, que ele possa, que eles possam no auxiliar a começar a resolver os problemas da saúde.

O Congresso derrubou, no ano passado, o veto presidencial que impedia o reajuste dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Membro da Frente Parlamentar em defesa das duas categorias, Waldenor Pereira, do PT da Bahia, comemora a derrubada do veto e ressalta que, a partir deste ano, os agentes comunitários vão poder contar com um salário de 1.250 reais. Ele destaca a importância dos profissionais na atenção básica e na prevenção de doenças.

Waldenor Pereira: Participei ativamente em defesa da derrubada do veto presidencial que permitiu o reajuste salarial dessas duas categorias escalonado em 3 anos. A partir de 2019, o estabelecimento do piso salarial é de 1250 reais. De 1400 reais para 2020 e de 1550 reais para o ano de 2021. Portanto, eu me sinto orgulhoso de fazer parte da defesa dessas duas categorias extremamente importantes para a saúde do povo brasileiro. São eles que atuam na ponta, visitando famílias nos rincões mais distantes do nosso País, que tanto tem contribuído para o fortalecimento dos sistemas municipais de saúde.

Segundo Waldenor Pereira, a partir de 2022, o piso dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias será reajustado anualmente em percentual a ser definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO.

Educação

A comissão especial da Câmara dedicada a analisar o projeto Escola sem Partido encerrou os trabalhos sem votar o parecer. A proposta prevê a alteração de trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para impedir a interferência do poder público no processo de amadurecimento sexual dos alunos ou qualquer abordagem das questões de gênero.

A medida também impede a adoção de disciplinas obrigatórias que tratem da ideologia de gênero ou orientação sexual no currículo escolar. O texto ainda estabelece o respeito às crenças religiosas e às convicções morais, filosóficas e políticas de pais e alunos.

Para Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, o fim dos trabalhos sem a aprovação do texto foi uma vitória da educação brasileira contra pensamentos que, segundo ele, tentam limitar a liberdade dos professores e dos alunos.

Pedro Uczai: Vitória da democracia, vitória da educação brasileira, vitória dos professores que se mobilizaram porque não querem uma escola de um pensamento único, não querem uma escola de um partido único, não querem uma escola autoritária, conservadora, reacionária, mas querem uma escola aberta. E ganhou uma escola que quer ser plural, democrática, onde homens e mulheres de diferentes cores, classes sociais, posições culturais, religiosas, mesmo ideológicas, sejam respeitadas no espaço escolar.

Já Alan Rick, do Democratas do Acre, defende que o projeto Escola Sem Partido volte a ser discutido na próxima legislatura para que a escola incentive o pensamento crítico dos alunos, sem doutrinação política e ideológica.

Alan Rick: Nós defendemos o programa, queremos um ensino plural, queremos que o professor, ao falar de temas políticos, possa mostrar um lado e o outro lado, de forma mais isenta possível, para que os alunos possam desenvolver a sua consciência crítica e as suas próprias visões políticas e ideológicas de mundo, mas jamais serem doutrinados para esta ou aquela corrente política ou ideológica.

Alan Rick destaca ainda que o debate do projeto Escola sem Partido ganhou repercussão nacional por causa dos relatos recebidos por parte de pais, alunos e professores, durante o funcionamento da comissão especial.

Alan Rick: Casos aterradores como professores com camisa de partido político, apresentando uma proposta de prova ou de trabalho, valendo nota, para que o aluno apresentasse um trabalho favorável àquele partido político. Outros casos de professores ridicularizando alunos por serem cristãos, em sala de aula. Uma série de abusos que foram relatados durante a comissão, durante as reuniões.

Luciano Ducci, do PSB do Paraná, foi o relator setorial do orçamento de 2019 para as áreas de Educação e Cultura. A comissão mista aprovou o relatório apresentado pelo deputado que prevê a aplicação de quase 125 bilhões de reais nos setores este ano.

Luciano Ducci: A gente conseguiu fazer uma grande mobilização dentro do orçamento e conseguimos colocar um bilhão a mais somente de remanejamento para a área de investimentos na educação. Assim, colocamos mais de 250 milhões para o ensino fundamental; 150 milhões para os institutos federais; mais de 200 milhões para as universidades; para o **Capes**; para o Fies. Enfim, conseguimos fazer com que o Ministério da Educação fosse viável durante o ano que vem e que houvesse mais investimentos. Além disso acolhemos as emendas dos deputados, as emendas impositivas, atendemos a todas as emendas que foram colocadas dentro do orçamento.

Luciano Ducci informa ainda que a Comissão Mista de Orçamento aprovou também recursos que serão destinados à implantação de cinco novas universidades federais, entre elas, a Universidade Federal de Rondonópolis.

Turismo

Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, Herculano Passos, do MDB de São Paulo, avalia como positiva a indicação do deputado Marcelo Álvaro Antônio, do PSL de Minas Gerais, para comandar o Ministério do Turismo.

Herculano Passos acredita que o novo ministro, por ter feito parte da Frente Parlamentar do Turismo na Câmara, vai dar continuidade aos programas de desenvolvimento do setor. Além disso, ele ressalta que o governo federal está empenhado em impulsionar o turismo por entender que se trata de uma área importante para promover o desenvolvimento econômico, sustentável e social do Brasil.

Herculano Passos: Essa pasta com certeza será muito valorizada, inclusive com o aumento do orçamento do ministério, porque a gente sabe que o presidente está com muito interesse em gerar emprego e renda. E esse setor do turismo é responsável por 1 a cada 5 empregos gerados no mundo. Desde a criação do Ministério do Turismo em 2003, o setor registrou um salto de movimentação econômica de 24,3 bilhões de dólares para 163 bilhões em 2017, então houve um aumento enorme de geração de oportunidades. Nesse mesmo período, o número de visitantes estrangeiros no Brasil subiu de 4,13 milhões anuais para 6,6 milhões. Lógico que a gente quer aumentar muito mais e é possível com essa nova política que o Ministério do Turismo vai implantar. O Brasil vai se desenvolver, vai crescer, vai gerar oportunidade de trabalho.

Economia

Celso Maldaner, do MDB de Santa Catarina, comemora a aprovação da reforma tributária na comissão especial que analisou o assunto. Na nova legislatura, que começa em fevereiro, o texto será analisado pelo plenário da Câmara, antes de seguir para o Senado. O deputado defende a mudança no atual sistema tributário que, na sua avaliação, é arcaico e burocrático.

Celso Maldaner: Aqui no Brasil temos a maior carga tributária aonde a sociedade não recebe os benefícios necessários pelos impostos que pagam. Quanto mais pobre, mais paga imposto nesse País. Então, por isso que estamos desburocratizando, simplificando, extinguindo 8 impostos federais, que não são compartilhados com estados e municípios, por isso que centralizou demais o poder em Brasília. E estamos extinguindo também o ICMS estadual, o ISS municipal e para compensar toda essa burocracia apenas dois impostos de valor agregado. Um a nível de estado e outro mais específico a nível nacional, que será implantado, claro, gradativamente, num prazo previsto de 15 anos.

A proposta de reforma tributária aprovada na comissão especial extingue os seguintes impostos: ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, Cide, salário-educação, IOF e Pasep e serão criados dois novos tributos: o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo, de competência federal.

Celso Maldaner ressalta ainda que a simplificação do sistema tributário contribuirá para reduzir em quase 80 por cento as ações judiciais.

Projeto de lei de Newton Cardoso Júnior, do MDB de Minas Gerais, regulamenta o pagamento de dívidas tributárias de pessoas que têm patrimônio suficiente para saldar o montante devido, mas não conseguem por causa de impedimentos legais provocados pela própria dívida.

Newton Cardoso Júnior explica que, pelo texto apresentado, o contribuinte poderá vender bens para pagar diretamente o débito tributário. Na avaliação do deputado, o projeto também é positivo para o governo federal que poderá aumentar sua arrecadação fiscal.

Newton Cardoso Júnior: A grande importância é que hoje, muitos contribuintes se encontram em uma situação de ter diversos imóveis, ou às vezes tem patrimônio para suportar uma dívida tributária, mas não conseguem liquidez em função de impedimentos que a própria Receita Federal e a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) causam impedimentos nesse patrimônio, e com isso eles acabam ficando devendo, mas com uma situação econômica capaz de pagar. E isso vai aumentando juros, vai aumentando multa e vai causando um constrangimento, uma constrição indevida, exagerada e abusiva, sobre os contribuintes. Portanto, essa legislação vem para trazer equilíbrio e para promover também uma redução da quantidade, do volume de dívidas que existem, tributárias, dos contribuintes com o governo.

Política

Lideranças do PDT, PSB e PC do B na Câmara anunciaram, por meio de nota conjunta, que vão formar um bloco de oposição ao governo de Jair Bolsonaro. Líder do PDT,

André Figueiredo, do Ceará, ressalta que o Brasil não aguenta mais ver uma oposição intolerante de um lado e, de outro, um governo que só envia pautas negativas para o Congresso.

André Figueiredo explica que a intenção é fortalecer as posições políticas, a ação parlamentar das legendas e fazer uma oposição qualificada em temas complexos, como a Reforma da Previdência.

André Figueiredo: Buscar com isso fazer uma oposição qualificada, uma oposição para que toda proposta que venha oriunda do Poder Executivo, o Poder Legislativo possa apresentar uma contraproposta. A perspectiva é de que se vai ter uma reforma tributária, essas forças de oposição possam apresentar uma alternativa àquela que veio do Palácio do Planalto. Da mesma forma discutir a Reforma da Previdência que não atinja apenas aqueles que estejam na parte de baixo da pirâmide, que se definam regras de transição que sejam, digamos assim, palatáveis para aqueles que já trabalharam durante a sua vida toda. Então, nós temos a convicção de que na próxima legislatura, nós teremos alguns parlamentares, que certamente, não têm tanta experiência para lidar com o Parlamento, e como tal, eles precisam ver que a atitude do Parlamento tem que ser de proposição e de moderação, para que, de repente, o tensionamento que vem das ruas, não acabe inviabilizando durante mais alguns anos o nosso País.

Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Resíduos Sólidos está em vigor no País desde 2010. No entendimento de Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo, a aprovação da lei foi um dos pontos altos do Congresso. O parlamentar ressalta que, por ano, milhões de toneladas de lixo vão parar em aterros irregulares, sem tratamento adequado.

Mas Arnaldo Jardim acredita que a Política Nacional de Resíduos Sólidos pode contribuir para transformar o lixo tratado adequadamente em uma oportunidade de trabalho para muitas pessoas.

Arnaldo Jardim: Só do processo de catar lixo, nós temos mais de 300 mil brasileiros que sobrevivem assim. A legislação que nós aprovamos aponta no fortalecimento das cooperativas de catadores, dando dignidade e respeito a esse trabalho. Nós instituímos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o conceito de coleta seletiva que precisa ser implementado nos municípios. Nós temos também a previsão de pagamento por serviços ambientais. Tudo isso constitui a Política Nacional de Resíduos Sólidos que dá oportunidade desse problema, o lixo, com a reciclagem, reutilização, se transformar em uma alternativa de renda e uma respeitável saída ambientalmente correta.

Desde que a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi implantada, cerca de 97% das latas de alumínio são recicladas, o que, para Arnaldo Jardim, demonstra a eficiência do processo. O deputado espera que o mesmo aconteça, em breve, com todos os materiais recicláveis.

Arnaldo Jardim também integra a Frente Parlamentar pela Criação de Instrumentos Econômicos para a Preservação Ambiental. Uma das principais bandeiras do colegiado é aprovar uma tributação diferenciada para materiais novos e materiais reciclados e, assim, fortalecer a sustentabilidade no País.

Transportes

A vistoria prévia para a comercialização de veículos usados poderá se tornar obrigatória com a aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.50/97) e já foi aprovada pela Comissão de Viação e Transportes. A reportagem é de Newton Araújo.

O texto (PL 3293/12) estabelece que, antes de transferir o veículo, o vendedor deverá providenciar laudo oficial de vistoria prévia sobre a autenticidade da inscrição do chassi e demais elementos de identificação. Esse laudo deverá ser entregue ao comprador para que seja solicitada a expedição de novo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.

Autor da proposta, o deputado Roberto de Lucena, do Podemos de São Paulo, fala sobre o tamanho do problema no Brasil.

Roberto de Lucena: Por ano, atualmente, cerca de 400 mil carros são roubados no Brasil. Desse número, 52% são desmanchados ou voltam pro mercado. Estima-se que um milhão e 200 mil veículos são adulterados e estão em circulação no Brasil, o que representa em torno de 3% da frota nacional. Então, identificar esses carros é uma tarefa difícil e precisa ser executada por empresas especializadas. Por isso, é muito importante redobrar a atenção ao adquirir um novo carro, que seja seminovo, um carro usado, e esse projeto de lei vem exatamente nessa direção, de proteger sobretudo o consumidor.

O relator da proposta na Comissão de Viação e Transportes, deputado Hugo Leal, do PSD do Rio de Janeiro, apresentou texto alternativo prevendo que, se houver acordo entre vendedor e comprador, o laudo prévio poderá ser substituído por certidão emitida pelo órgão de trânsito, contendo os dados básicos do veículo e atestando a propriedade, bem como a informação de inexistência de restrições.

Márcio Monteiro, vendedor de veículos novos e usados, considera positiva a proposta.

Márcio Monteiro: O veículo entrar na concessionária, já com esse laudo, seria excelente. Aí você evita muita fraude. Muitos veículos sinistrados, veículos roubados, que é recuperado de roubos. E aparece um monte de coisas que, através dessa pesquisa, aparece se o veículo tem alienação fiduciária ou não, e isso exime a responsabilidade tanto do vendedor quanto do comprador, né?

O projeto de lei que torna obrigatória a vistoria prévia para a comercialização de veículos usados ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, mas não precisa passar pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Da Rádio Câmara, de Brasília, Newton Araújo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Crise faz universidades oferecerem descontos para atrair novos alunos

Estudo do Semesp aponta que estudantes deixam para fazer a matrícula entre fevereiro e março. Concorrência no setor aumenta

A estudante Raíssa Knapick, de 19 anos, quer cursar psicologia em uma faculdade particular de São Paulo com mensalidade de R\$ 1.500. No entanto, o valor é muito maior do que ela consegue pagar e, por isso, vai esperar o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) para ver se consegue fazer o curso dos sonhos. Os resultados saem em 4 e 18 de fevereiro, respectivamente.

Raíssa faz parte da nova tendência dentro do mercado: os estudantes realizam as matrículas mais tarde, em fevereiro e março.

Um estudo realizado pelo Semesp, grupo de mantenedoras do Brasil, aponta que houve uma mudança no comportamento dos estudantes nos últimos anos, principalmente a partir de 2015. Hoje, os alunos que pretendem cursar o ensino superior pesquisam sobre as inscrições no primeiro trimestre do ano e não no último do ano anterior. Esperar o resultado do Fies ou ProUni, como Raíssa, é apenas um dos motivos que levou a essa mudança de perfil dos estudantes.

Isso faz com diversas salas de aulas do Brasil tenham vagas sobrando no começo do ano letivo.

O diretor executivo do Semesp, Rodrigo Capelato, diz que, por causa dessa alteração de comportamento, as universidades tendem a oferecer grandes descontos nos meses de fevereiro e março para atrair novos alunos e evitar as salas vazias. “[As instituições] acabam ficando desesperadas em março. Talvez seria melhor mudar o calendário escolar para fazer o marketing de atração em janeiro e fevereiro”, explica.

Segundo o diretor do Semesp, as instituições ainda não tiveram segurança para alterar o calendário de captação e, consequentemente, todo cronograma escolar. “Uma mudança desse nível é bastante complexa e, portanto, requer mais evidências para tomada de decisão”, garante.

Já nos anos seguintes — um aluno que vai do primeiro para o segundo ano da graduação, por exemplo —, os acordos são diferentes. As instituições não costumam aplicar descontos na matrícula e apenas realizam negociações com os alunos devedores.

O pró-reitor acadêmico da FAE Centro Universitário, Everton Drohomeretski, afirma que a expansão no número de instituições de ensino é um dos fatores que causa os descontos aos calouros. “O número de vagas é superior ao número de alunos. Nas privadas, se você tirar o curso de medicina, não existe mais concorrência”, afirma.

Drohomeretski também comenta que a crise foi um fator determinante para o comportamento do setor. “Caiu o poder [de compra] do pai e do aluno. Esse desconto no primeiro ano vem com uma forma de ingressar [no ensino superior]”, explica. Para ele, a crise chegou com força nas universidades em 2017, já que a educação é um dos últimos itens a ser cortado em momentos de dificuldade.

Capelato diz que, além destes pontos, a crise do Fies também fez com que as instituições apelassem para grandes descontos, já que menos estudantes conseguem o

financiamento.

O resultado do Fies, por exemplo, será divulgado em 18 de fevereiro neste ano e, segundo Capelato, diversos estudantes vão esperar esta lista para decidirem onde estudar.

Além do Fies, também existem o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que será divulgado em 28 de janeiro, que inclui os resultados das universidades federais que usam o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o ProUni e resultados de outras faculdades públicas.

“Esses alunos esperam os resultados para então, se ele não conseguir nada disso, buscar uma universidade particular. Com isso, a universidade que já começou as aulas com as salas vazias, começa a dar os descontos”, explica Capelato.

Embora haja uma mudança de padrão, Drohomeretski reforça que há diferenças entre os alunos que estudam no período matutino e no noturno. Hoje, os estudantes da manhã continuam realizando a matrícula mais cedo, já que geralmente são pessoas que estão terminando o ensino médio e os pais não querem que ele fique sem estudar.

No caso dos alunos do noturno, muitas vezes os próprios estudantes trabalham para pagar a matrícula na instituição. “[O estudante] sabe que vaga tem, tirando medicina. Não tem mais o desespero. Ele negocia, espera”, afirma.

O professor de inovação e estratégia da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Arthur Igreja afirma que, por causa da concorrência entre as instituições, muitos vestibulares servem apenas para cumprir a exigência do MEC (Ministério da Educação), sem de fato avaliar o aluno.

Isso faz com que estudantes despreparados cheguem no ensino superior. No entanto, para Igreja, os descontos aumentam a democratização da educação. “No começo dos anos 90 só existiam faculdades estaduais e federais. Hoje tem mais gente estudando”, diz.

Depois do período de estudos, estas pessoas se tornam mais qualificadas. “Temos brasileiros mais capacitados e ociosos. Quando o mercado se recuperar, vai encontrar profissionais com melhor qualificação”, afirma.

CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

Novo coordenador do Enem é acusado de plágio

Murilo Resende, autor da afirmação "professor não gosta de estudar de verdade", fala em "tradução adaptada"

Murilo Resende Ferreira, escolhido para coordenar o Enem no governo de Jair Bolsonaro (PSL), foi acusado de plágio. “A Escola de Frankfurt: Satanismo, Feiúra e Revolução”, publicado no site Estudos Nacionais, em 2018, e assinado por ele, é muito semelhante ao texto “The New Dark Ages: The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”, de Michael Minnicino, publicado na revista “Fidelio”, do Schiller Institute, em 1992.

Os que perceberam a semelhança afirmam, pelas redes sociais, que Murilo Resende traduziu o artigo de Minnicino e trocou os nomes dos citados – Benny Goodman é

substituído por Caetano Veloso, por exemplo – sem dar o crédito ao original.

O doutor em Direito pela USP e pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação da UFPR (Gedai), Guilherme Coutinho Silva, foi ouvido pela revista “Veja” sobre o caso. Segundo o especialista, o fato de não haver uma definição do que é original pode ser considerado plágio.

No texto, o novo coordenador do Enem não se apresenta tradutor. Para isso, ele deveria citar o artigo de 1992 como fonte do seu escrito.

Murilo Resende, indicado para o cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep)

“A adaptação não é plágio quando ela é licenciada e clara”, disse. “Tem que ficar claro para o leitor que se trata de uma adaptação. Via de regra, também é preciso de licença do autor original para adaptar um texto. Uma análise crítica não precisaria de licença, mas casos de adaptação e tradução, sim. Esse caso pode ser caracterizado como plágio ou como infração do direito autoral do autor principal”

“Nossa legislação permite que se faça citação de trechos de obras sem autorização do autor, mas é preciso mencionar de forma clara para o leitor que aquele texto não é seu, e sim uma versão”, explicou Coutinho à reportagem da “Veja”.

Outro lado

Ainda segundo a “Veja”, Murilo Resende classificou o seu artigo como “tradução adaptada” e se diz vítima de uma campanha de difamação. “Se tivesse publicado como tradução não faria sentido, pois recortei, adaptei e comentei o texto, com a intenção de enfatizar a relação entre os frankfurtianos e a mídia moderna”, disse.

Professor não gosta de estudar de verdade

Murilo Resende está na diretoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entidade responsável pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e por outros exames oficiais do governo.

Ex-aluno de escola privada, ele afirmou que deve o seu amadurecimento intelectual aos ensinamentos de Olavo de Carvalho. “Devorei a obra de Olavo de Carvalho, que me preservou de meu fanatismo original pelas ideias libertárias da Escola Austríaca de Mises e Rothbard”, declarou.

Adepto do movimento Escola sem Partido, Murilo Resende atribuiu aos professores e ao marxismo a responsabilidade pela qualidade ruim da educação brasileira e disse que “professores não gosta de estudar de verdade”. As afirmações foram feitas em uma audiência no Ministério Público Federal sobre “Doutrinação Político-partidária no Sistema de Ensino”, em 2016.

De acordo com texto publicado em “O Globo”, Resende disse que os professores no país pregam o aborto, incesto e pedofilia, mas que tentam escamotear suas intenções, driblando a confiança dos pais.

Abaixo, leia alguns trechos dadas na audiência no Ministério Público Federal.

“Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia.”

“Não se conta isso para os pais, essa é a farsa de vocês. Vocês falam: ah, é simplesmente uma questão de respeito em relação aos homossexuais. É só isso o que a gente quer ensinar.”

“O que os professores estão querendo com isso é poder. Um poder que eles querem roubar e sequestrar da família.”

“Com a redemocratização, esse aparelhamento brutal e ditatorial avançou inclusive para lugares como a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o MEC. (...) Precisa de uma reforma absurda, completa, para limpar todas essa contaminação ideológica até o ponto em que os professores voltem a se preocupar com a sala de aula, e não só com filosofia da educação, ficar discutindo Paulo Freire e a criança do futuro que será um jovem socialista.”

topo ↕

RADIO SOBRADINHO - TEMPO REAL

Unisc oferece nova oportunidade de ingresso em mestrados e doutorados

A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) está com inscrições abertas para os processos complementares de cinco programas de pós-graduação stricto sensu – Administração (mestrado), Letras (mestrado e doutorado), Promoção da Saúde (mestrado), Sistemas e Processos Industriais (mestrado) e Tecnologia Ambiental (mestrado e doutorado). Os interessados devem se inscrever pelo site de cada programa, conforme os prazos no quadro abaixo.

Tanto para os mestrados quanto para os doutorados, a Unisc oferece a opção de financiamento próprio (Credipós) ou por meio das cooperativas de crédito Sicredi e Unicred. No caso de pagamento à vista dos cursos, o desconto concedido é de 15%. O início das aulas de todos os programas será no mês de março.

Novos cursos

A Unisc também está com inscrições abertas para dois novos cursos aprovados recentemente pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Doutorado em Promoção da Saúde e o Mestrado Profissional em Psicologia. Para o primeiro, o prazo de inscrição segue até o dia 17 de março, pelo site www.unisc.br/ppgps. O público-alvo são portadores de diploma de mestrado em áreas biológicas, bioquímicas e da saúde.

Já para o segundo curso, as inscrições estão abertas até 29 de março, pelo site www.unisc.br/ppgps ou pessoalmente na Central de Atendimento da Unisc, no bloco 5 (no caso de envio da documentação via Sedex, a postagem deve ser feita até o dia 22 de março). Podem se inscrever egressos de Psicologia e de cursos das áreas da saúde, ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Mais informações pelos telefones (51) 3717-7602 (Promoção da Saúde) e 3717-7389 (Psicologia).

topo ↕

REVISTA PESQUISA FAPESP - TEMPO REAL

Do pó à tempestade

Projeto com aeronave alemã vai investigar como nanopartículas produzem temporais na Amazônia

A descoberta surpreendente de que as nuvens de tempestade na Amazônia se formam de uma maneira diferente do que ocorre em outras partes do globo virou de ponta-cabeça algumas das noções básicas da meteorologia. À primeira vista, as nuvens sobre a maior floresta equatorial do mundo parecem ser como as de qualquer outro lugar: um enxame de gotas-d'água e cristais de gelo suspensos no ar. As gotas surgem e crescem quando o vapor-d'água na atmosfera se condensa na superfície de partículas de fumaça e poeira microscópica carregadas pelos ventos, os chamados aerossóis. Como as fontes de aerossol estão normalmente no solo, seria esperado que a concentração dessas partículas diminuísse com a altura. Porém, entre 2014 e 2015, duas grandes campanhas de observação científica com a participação de brasileiros e estrangeiros, as missões GOAmazon e Acridicon-Chuva, registaram o contrário.

Na Amazônia, a maior concentração de aerossóis não está próxima do solo, mas acima do topo das maiores nuvens, a cerca de 15 quilômetros (km) de altitude, segundo estudos produzidos pelos participantes dos experimentos. Os trabalhos também indicaram que a maior parte dessas partículas suspensas acima das nuvens tem um diâmetro inferior a 50 nanômetros. Em geral, partículas desse tamanho seriam consideradas pequenas demais para contribuir à formação das nuvens de chuva. Mas, novamente, a Amazônia é uma exceção à regra. Em um artigo publicado em janeiro de 2018 na revista Science, uma equipe de pesquisadores de instituições brasileiras, alemãs e norte-americanas das duas missões afirmou que esses aerossóis ultrafinos são um dos ingredientes fundamentais da formação das tempestades mais violentas da região.

Agora, para entender melhor esse achado, os meteorologistas Luiz Augusto Machado, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que coordenou a missão Acridicon-Chuva, e Johannes Lelieveld, do Instituto Max Planck de Química (MPIC), na Alemanha, iniciaram os preparativos do projeto Cafe, sigla em inglês para Experimento de Campo de Química da Atmosfera. “A nova missão está sendo desenhada com o objetivo de estudar esse material particulado ultrafino que descobrimos na alta atmosfera”, diz Machado. “Queremos saber quais são as fontes desse material, como ele é armazenado na alta atmosfera e trazido para baixo.”

No começo deste ano, os pesquisadores do Cafe vão definir, entre outros detalhes, como serão os voos sobre a Amazônia da aeronave de pesquisa alemã Halo, previstos para ocorrer em 2020. O Halo é um avião a jato executivo modificado para pesquisas científicas, capaz de alcançar até 16 km de altura, cerca de 6 km acima da altitude de cruzeiro dos voos comerciais. Não será a primeira vez que a aeronave será usada para estudar a atmosfera da floresta tropical. Entre agosto e setembro de 2014, durante o projeto Acridicon-Chuva, o Halo realizou 14 voos. A partir de Manaus, o jato ia e voltava centenas de quilômetros, tanto à noroeste, onde ficam as regiões de floresta mais bem preservadas e o ar é relativamente livre da interferência da poluição, quanto ao sul, até o trecho mais poluído do “arco do desmatamento”, onde se concentram as queimadas que convertem a floresta em pasto ou plantações.

Além de instrumentos meteorológicos em terra, o GOAmazon contou, em suas missões, com equipamentos de análise da química atmosférica instalados a bordo de outro jato, um Gulfstream-1, do Laboratório do Noroeste do Pacífico (PNNL), do governo norte-americano, que era capaz de atingir até 7 km de altitude. Machado explica que o

processo de planejamento e a aprovação de missões de coleta de dados com aeronaves estrangeiras são complexos e podem levar mais de um ano para serem aprovados, pois dependem do sinal verde dos conselhos de segurança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Força Aérea Brasileira. “Voaremos a grandes alturas e em volta das nuvens de convecção profunda”, diz Machado.

Nuvens de convecção são formadas pelo movimento vertical das massas de ar em função de variações da temperatura. As profundas são aquelas nuvens bem grandes, parecidas com torres de algodão, com 10 a 15 km de largura e até 15 km de altura denominadas Cumulus Nimbus. Esse é o tipo de formação predominante de nuvens de tempestades em toda a Amazônia durante o final da estação “seca”, entre setembro e novembro, quando as chuvas acontecem com menos frequência, embora sejam mais intensas. Essas nuvens, de forma isolada, são também mais comuns na Região Metropolitana de Manaus e nas áreas com maior número de queimadas. Na estação chuvosa e nas regiões de floresta mais bem preservadas e isoladas da poluição, esse tipo de nuvem é menos intenso e profundo. Na floresta predominam nuvens, mais rasas, fonte de uma chuva mais suave e constante.

“O piloto do Halo faz o que todos os comandantes de avião sabem que é proibido: aproximar-se de uma nuvem de convecção profunda”, comenta a meteorologista Rachel Albrecht, da Universidade de São Paulo (USP), que colabora com Machado desde o início dos projetos GOAmazon e Acridicon-Chuva. Os perigos são muitos: a turbulência das correntes de ar, o gelo que cristaliza sobre a fuselagem e a deixa mais pesada, as pedras de granizo batendo nas janelas, além das descargas elétricas dos raios. Segundo a pesquisadora, ainda falta muito para se entender o processo de formação de gelo e dos raios nas nuvens convectivas. “É a partir do choque entre as partículas de gelo que se formam os raios dentro de uma nuvem”, explica Rachel.

Os cientistas querem descobrir como o material particulado é armazenado na alta atmosfera e transportado para baixo

Os efeitos da poluição de Manaus na formação das nuvens e da chuva sobre regiões de floresta vizinhas à metrópole amazônica foram quantificados na tese de doutorado do meteorologista Micael Cecchini, defendida em dezembro de 2017, sob orientação de Machado. Premiada pela **Capes** como a melhor tese da área de geociências daquele ano, o trabalho usou dados dos projetos GOAmazon e do Acridicon-Chuva para colher evidências de como a alta concentração de aerossóis provocada pela poluição da capital amazonense aumenta o número, mas diminui o tamanho das gotas de água das nuvens rasas durante a estação chuvosa. “Dobrar o nível de poluição no ar aumenta a concentração de gotas de uma nuvem em 84%, ao mesmo tempo que diminui o diâmetro médio das gotas em 25%”, diz Cecchini.

Os projetos Acridicon-Chuva e GOAmazon confirmaram que, na Amazônia, onde os rios e a transpiração das plantas fornecem vapor-d’água em abundância, o tipo de nuvem e a chuva de uma época ou região dependem principalmente do número de partículas de aerossol suspensas na atmosfera. Quanto maior a concentração de aerossóis, menor a quantidade de vapor-d’água que se condensa sobre cada uma das partículas suspensas no ar. A abundância de aerossóis resulta em nuvens com número elevado de gotas muito pequenas. Gotas menores têm menos chance de se chocarem e

se fundirem para formar gotas maiores. Gotas que já nascem relativamente grandes tendem a crescer rapidamente e cair como chuva no chão.

Em áreas de floresta limpa, onde há pouco aerossol, formam-se nuvens mais rasas que rapidamente se dissolvem na forma de uma chuva suave. “Essas gotas maiores tornam a nuvem mais transparente e criam arco-íris”, conta o geoquímico Meinrat Andreae, do MPIC, que participou da missão Acridicon-Chuva. Já nas regiões de floresta afetadas pela poluição urbana de Manaus e pela fumaça das queimadas do desmatamento, a concentração de aerossol é milhares de vezes superior à das regiões de floresta pristina. Esse cenário dá origem a um número imenso de pequenas gotas-d’água capazes de permanecer por muito tempo suspensas no ar. Muitas dessas gotículas são carregadas por correntes de ar ascendente a grandes alturas, onde se transformam em cristais de gelo antes de serem transportadas de volta por correntes descendentes. “Essas nuvens normalmente não produzem chuva. Somente quando crescem o suficiente até alcançarem mais de 12 km de espessura geram uma chuva violenta, com granizo e relâmpagos.”

Ciclo biogeoquímico

A missão Cafe faz parte de um projeto de pesquisa maior, financiado pela FAPESP e coordenado por Paulo Artaxo, físico do Instituto de Física da USP especialista na formação dos aerossóis amazônicos. Ao longo de mais de três décadas de pesquisas, Artaxo e seus colaboradores nacionais e internacionais descobriram como uma série de compostos orgânicos voláteis emitidos naturalmente pela floresta influenciam a formação das nuvens e das chuvas da região. “No Cafe, investigaremos a convecção de ar dentro das nuvens que leva os compostos orgânicos voláteis a grandes alturas e os mecanismos que os transformam em nanopartículas”, diz Artaxo.

Em janeiro de 2018, um artigo dos brasileiros e seus parceiros internacionais publicado na revista Atmospheric Chemistry and Physics propôs como funcionaria todo o ciclo biogeoquímico ligando os gases da floresta à formação das nuvens e do aerossol ultrafino. “Mostramos como os aerossóis ultrafinos são formados a partir dos gases trazidos da alta atmosfera pelas nuvens convectivas”, diz Andreae, primeiro autor do estudo.

O ciclo proposto pelos pesquisadores começaria quando as correntes de ar ascendentes das nuvens convectivas levariam para cima os compostos orgânicos voláteis da floresta, como os gases terpenos e isopreno. Durante sua viagem até o topo das nuvens, a cerca de 15 km, esses gases sofreriam alterações físicas e reações químicas e se transformariam nos aerossóis ultrafinos observados pelos instrumentos do Halo. Os aerossóis ultrafinos se concentrariam na alta atmosfera até que uma corrente de ar descendente, criada por outra nuvem convectiva, os arrastasse para baixo.

Esse cenário explicaria a observação publicada pelos mesmos pesquisadores em outubro de 2016, na revista Nature, de que chuvas fortes aumentam a concentração dos aerossóis ultrafinos na superfície. Os aerossóis ultrafinos sofreriam ainda mais modificações físico-químicas em sua viagem em direção à superfície, aumentando sua capacidade de condensar água. Perto do solo, eles se combinariam com os compostos orgânicos voláteis emitidos pela floresta, fonte de aerossóis maiores a baixas altitudes, e dariam origem à formação de novas nuvens de chuva. Seria um ciclo que se alimenta perenemente dos gases.

Projetos

1. Processos de nuvens associados aos principais sistemas precipitantes no Brasil: Uma contribuição à modelagem da escala de nuvens e ao GPM (medida global de precipitação) (nº 09/15235-8); Modalidade Projeto Temático; Pesquisador responsável Luiz Augusto Toledo Machado (Inpe); Investimento R\$ 2.634.280,59.
2. GOAmazon: Interação da pluma urbana de Manaus com emissões biogênicas da Floresta Amazônica (nº 13/05014-0); Modalidade Projeto Temático; Programa Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais; Pesquisador responsável Paulo Artaxo (IF-USP); Investimento R\$ 4.257.655,73.

Artigos científicos

- FAN, J. et al. Substantial convection and precipitation enhancements by ultrafine aerosol particles. *Science*. 26 jan. 2018.
- ANDREAE, M.O. et al. Aerosol characteristics and particle production in the upper troposphere over the Amazon Basin. *Atmospheric Chemistry and Physics*. 25 jan. 2018.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Gestão Bolsonaro abre sindicância para apurar mudanças em edital de livros Governo retirou da internet versão que deixava de exigir pontos como referência bibliográfica

O governo Jair Bolsonaro (PSL) retirou da internet nesta quinta-feira (10) a versão do edital de compra de livros didáticos que deixava de exigir das editoras obras com referências bibliográficas e compromissos com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e povos do campo. Uma sindicância já foi instalada no Ministério da Educação para apurar o caso.

A publicação de uma revisão do edital dos livros foi revelada pela Folha nesta quarta-feira (9). O jornal O Estado de S. Paulo, em seguida, mostrou que uma das mudanças se referia à exclusão da exigência das referências bibliográficas, o que, na prática, poderia permitir a aprovação de livros sem qualidade, com erros e ainda visões de mundo particulares.

A Folha havia pedido esclarecimentos ao Ministério da Educação sobre o edital na tarde do dia anterior, terça-feira (8). Mas somente horas após a publicação da reportagem, no dia seguinte, a pasta soltou nota na qual afirmou que as alterações eram de responsabilidade do governo Michel Temer (MDB). Já o ex-ministro da Educação de Temer, Rossieli Soares Silva, negou a autoria das modificações.

Rossieli encaminhou à reportagem arquivo com as alterações pedidas por sua equipe ao edital e que não incluem os trechos polêmicos. São 14 alterações de redação de trechos, principalmente sobre regras para desclassificação de obras que não tivessem arquivos de áudios.

Segundo a Folha apurou, a equipe de transição de Bolsonaro acompanhou todos os últimos atos da pasta. Houve 17 encontros e o processo de transição começou no dia 3 de dezembro. A data do documento retificado é de 28 de dezembro, quando a equipe de Bolsonaro trabalhava dentro do MEC.

O foco em materiais didáticos será uma diretriz do governo para tirar do papel o

combate a supostas doutrinações de esquerda na educação, bandeira de Bolsonaro.

11,2 mil pessoas estão falando sobre isso

Segundo o governo Bolsonaro, a sindicância vai apurar se houve algum erro ou troca de versões e como o texto que suprimia exatamente esses trechos do edital dos livros acabou publicado de modo equivocado. O governo insiste que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não tinha conhecimento da nova versão.

As alterações eram relacionadas ao edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2020, voltado à seleção e compra de livros para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). A versão, agora retirada do ar, havia sido publicada no dia 2 de janeiro.

O PNLD é gerenciado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A sindicância já está sendo realizada por uma equipe do órgão, ligado ao MEC. De acordo com o governo, estaria sendo levantado o passo a passo do texto antes de a versão vir a público.

A expectativa é que o resultado seja divulgado rapidamente. O edital serve de referência para que as editoras produzam as obras didáticas e as apresente para avaliação do governo. Lá também estão os critérios para a escolha dos livros por parte do governo.

Além de excluir trechos sobre violência contra a mulher, quilombolas e a obrigatoriedade de referências bibliográficas, o documento suprimia orientação para que ilustrações retratassem "a diversidade étnica da população brasileira" e também trecho que vetava publicidade.

O foco em revisão de livros didáticos como forma de combate a supostas doutrinações de esquerda tem sido articulado desde antes da posse do presidente e do ministro Vélez Rodríguez. Essa é a principal agendas na área de Educação do governo Bolsonaro.

Referências bibliográficas

O edital deixou de exigir das editoras referências bibliográficas que apoiem a estrutura editorial dos livros

Violência contra as mulheres

Nova versão suprimiu trechos relativos ao compromisso educacional com a agenda da não violência contra as mulheres

Quilombolas

Também foi removida orientação para promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo

Diversidade

Orientação para que ilustrações presentes no material didático retratassem “a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país” foi removida

Propaganda

Veto à propaganda nos livros didáticos foi removido. Não fica claro se a publicidade

tradicional seria autorizada ou apenas o uso de textos publicitários em atividades educacionais. A publicidade em material didático é vetada por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Erros

Trecho que exigia livros sem erros de revisão ou impressão foi retirado

ENTENDA O EDITAL

O que é o edital do Programa Nacional do Livro Didático?

O edital serve de referência para que as editoras produzam livros didáticos, que serão avaliados pelo governo. Uma comissão técnica do MEC seleciona uma lista de livros, que é levada às redes e escolas para que possam escolher quais obras adotarão no ano letivo. Também inclui os livros literários que serão trabalhados em sala de aula.

Quando os livros selecionados pelo edital em questão chegarão às escolas?

Em 2020. Contudo, as editoras já haviam enviado os livros para avaliação do MEC em novembro. As mudanças feitas pela gestão atual foram publicadas em 2 de janeiro.

Os livros atenderão a que séries?

As obras serão usadas por alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O que disse o MEC?

Em nota, o ministério disse que a versão do edital, publicada no segundo dia de governo do Bolsonaro, é de responsabilidade da gestão Michel Temer e que as alterações serão anuladas.

topo ↕

BLOG DA MIRIAN LEITÃO - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro precisa dizer qual seu projeto para a educação

O governo Bolsonaro acumula polêmicas na Educação e ainda não apresentou seu projeto para o ensino. O Ministério da Educação anulou as mudanças em um edital de livros didáticos com propostas absurdas. O caso ilustra outras confusões que podem acontecer nessa área sensível que impacta milhões de estudantes e o futuro do país. O governo precisa dizer qual a sua proposta para a educação brasileira. Não foi explicado na campanha, na transição nem nesse começo de governo.

O edital permitia livros sem referências bibliográficas e com erros. Bani assuntos, como quilombolas e violência contra a mulher. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez disse que o edital foi feito pela gestão passada. O ministro anterior nega, disse que a versão no período dele não continha esses absurdos. Foi aberta uma sindicância para apurar.

Em declarações que deu até aqui, Vélez Rodríguez elegeu alguns inimigos imaginários. A ideologia de gênero e o marxismo cultural são alguns exemplos. A realidade é outra. A educação brasileira tem uma lista enorme de problemas. Precisa, por exemplo, melhorar a eficiência do ensino e qualificar os professores. Não há tempo a perder.

Não tem muita importância o que a ministra Damares acha sobre o conteúdo da aula de Ciências porque felizmente não é ela quem decide isso. Mas o ministro Vélez Rodríguez tem que dizer o que pensa, a forma como vai conduzir a Educação. O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse à "CBN" que "não se deve misturar ciência

e religião". A declaração traz um alento. A tristeza é ter que discutir esse assunto novamente. A separação é óbvia.

Houve avanços nos últimos 20 anos. A Educação passou a ser avaliada apenas no governo FH. O governo do PT agregou outros pontos para averiguar a evolução. Agora, fontes com acesso ao novo governo contam que algumas pessoas da nova equipe sequer sabem o que são esses indicadores.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC abre sindicância para apurar edital que permitia compra de livros escolares com erros e propagandas

Edital de compra de livros sofreu alterações, e governo disse que as mudanças foram feitas na gestão anterior. O ex-ministro da Educação nega. Não há previsão para a conclusão do trabalho.

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pediu a abertura de uma sindicância para apurar a mudança do edital de livros didáticos que permitia a compra de obras com erros e propagandas, informou a pasta em nota nesta quinta-feira (10). A alteração também retirava a exigência de retratar a diversidade étnica e o compromisso com ações de não violência contra a mulher.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, "o MEC irá se pronunciar após os resultados das investigações". Não há previsão para a conclusão do trabalho.

A investigação foi anunciada um dia depois da divulgação das alterações no edital para compra de livros didáticos. A primeira versão do edital é de março de 2018. Em outubro ele passou por atualização, e, em 2 de janeiro deste ano, foi publicado com mudança (veja abaixo).

Após críticas, o MEC anulou as modificações do edital e disse que elas foram feitas pela gestão anterior do MEC, no governo Temer.

O ex-ministro da Educação, Rossieli Soares, negou que tenha feito as modificações. A sindicância deverá apurar quem foi o responsável pelas mudanças.

O edital contém diretrizes para aquisição de obras para o 6º e 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A compra do material, que deve ser usado em 2020, é feita pelo Programa Nacional do Livro.

É comum haver alterações em documentos desse tipo. A mudança do dia 2 de janeiro é a quinta já realizada no edital, a primeira durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Veja as alterações:

Erros de impressão - Na versão de outubro, o edital dizia que a obra deveria "estar isenta de erros de revisão e /ou impressão". Esse trecho foi retirado e não consta no novo texto.

Referências bibliográficas - Outro trecho que foi tirado do edital afirmava que o livro deveria "incluir referências bibliográficas". Não há essa exigência na nova versão.

Propaganda - Também foi excluída a exigência de que a obra deve "estar isenta de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais, exceto quando enquadrar-se nos casos referidos no Parecer CEB nº 15 de 04/07/2000".

Diversidade étnica - A versão de outubro determinava que os livros deveriam "retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país". Este trecho também foi retirado do edital.

Não violência contra a mulher - A atualização do edital fundiu três artigos da versão anterior, retirando, por exemplo, trechos que exigiam o compromisso com ações de não-violência contra a mulher. No trecho que fala em promover positivamente mulheres, afrodescendente e povos indígenas, foi retirada a expressão "homens do campo", que aparecia na versão anterior.

O que diz o ex-ministro

Ao G1, o ex-ministro Rossieli Soares negou que a gestão dele tenha executado modificações a fim de excluir temas como promoção das culturas quilombolas e o compromisso com ações de não violência contra a mulher no edital.

"Não tivemos nenhuma alteração que fosse ao contrário de expandir esses temas importantes", disse.

"Não temos nenhum pedido para exclusão da educação quilombola, ou da não violência contra a mulher. Isso é impossível. Qualquer alteração desta é um erro que não partiu da nossa gestão. Não sei como isso aconteceu, cabe ao ministério averiguar, e creio que o farão", acrescentou.

Rossieli disse que a única mudança proposta pela gestão dele era sobre a desclassificação de obras que não tivessem arquivo de áudio.

"Isso é um motivo agora de desclassificação. Estavam-se esclarecendo essas regras. As alterações são única e exclusivamente nesse sentido. Nada, absolutamente nada, de conteúdo", declarou.

Ele afirma que não chegou a olhar a publicação do edital e soube das alterações por meio das notícias veiculadas nesta quarta (9). "A publicação foi no dia 2, eu nem vi. Estou olhando tanto para as prioridades da Secretaria de Educação de São Paulo e precisamos avançar, que nem tinha observado isso, fiquei sabendo pela imprensa", disse.

Na avaliação do ex-ministro, ocorreu um erro "operacional" que deve ser apurado pela atual gestão.

"Entendi que não houve uma determinação do novo ministro para alterar isso, não houve da minha. Entendo que houve algum erro operacional. Não sei como foi o processo para publicação. Teria que observar o processo", disse.

Veja a íntegra da nota:

De acordo com o MEC, "a nota de ontem [reproduzida abaixo] se mantém. Além disso, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pediu para que seja aberta uma sindicância para apurar o caso."

"O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRR lança edital com 19 vagas para mestrado em ciências da saúde Inscrições ocorrem da próxima segunda (14) até o dia 2 de fevereiro na coordenação do Procisa.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) lançou edital para o mestrado profissional em Ciências da Saúde. Ao todo são ofertadas 19 vagas. As inscrições se iniciam na próxima segunda-feira (14).

CONFIRA O EDITAL

As inscrições podem ser feitas de forma presencial na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (Procisa), no campus Paricarana, das 8h30 às 11h30 e 14h30 às 17h30 até o dia 2 de fevereiro.

De acordo com certame, também serão aceitas inscrições por Sedex. Os documentos devem ser postados até o dia 29 de janeiro. A taxa de inscrição é de R\$ 150. Os interessados em solicitar a isenção da taxa devem efetuar o pedido entre os dias 14 a 18 de janeiro.

O mestrado compreende áreas de concentração em gestão de sistemas de saúde e modelo de atenção e vigilância em saúde. São quatro linhas de pesquisas:

Saúde, Educação e Meio Ambiente

Política, Gestão e Sustentabilidade de Sistemas e Programas de Saúde

Diversidade Sociocultural, Cidadania e Modelos de Atenção à Saúde

Vigilância Epidemiológica e Indicadores de Agravos à Saúde na Fronteira Pan-Amazônica

O processo de seleção será composto por duas etapas, sendo a primeira eliminatória, por meio de prova escrita, prevista para o dia 18 de fevereiro. E a segunda, classificatória realizada por análise de curriculum lattes. O resultado final deve ser divulgado no dia 21 de março.

As aulas serão ministradas de segundas às sextas-feiras, no turno diurno, podendo também ocorrer, excepcionalmente, aos sábados, conforme calendário do Procisa.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC começa a ouvir servidores para investigar caso dos livros didáticos

No dia 2 de janeiro foram publicadas mudanças no edital para os livros das escolas de ensino fundamental; o MEC responsabilizou a gestão anterior

Servidores do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) começaram a prestar esclarecimentos nesta quinta-feira, 10, sobre a mudança do edital dos livros didáticos. O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quinta que abriria uma sindicância, após a informação de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez.

Pessoas responsáveis pelo envio do documento que foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) foram chamadas para explicar como ocorreu o procedimento. Ainda não há informação se servidores ligados ao próprio ministério também foram chamados para prestar esclarecimentos, já que o documento é formulado em uma secretaria do MEC.

Indicado para a presidência do FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva não quis comentar o caso. Ele disse que, enquanto sua nomeação não for publicada no DOU, não pode responder a nada que se refira a autarquia. “Toda a parte da presidência está ainda na gestão anterior”, se limitou a dizer.

EXAME apresenta tudo o que você precisa saber sobre o mundo dos negócios e da economia. Assine já.

Ontem, o Estado revelou que no dia 2 de janeiro foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da pasta em São Paulo Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

“Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou Soares nesta quinta em entrevista à Radio Eldorado. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

Integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o MEC soltou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a

esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Marcos Pontes diz que não se deve misturar ciência com religião Ministro de Ciência e Tecnologia comentou fala de sua colega Damares Alves, para quem evangélicos perderam espaço por causa da teoria da evolução

O ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes comentou, nesta quinta-feira, 10, a declaração da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que afirma, em um vídeo, que a igreja evangélica “perdeu o espaço na história quando deixou a Teoria da Evolução entrar nas escolas”. Para ele, ciência e religião não devem se misturar.

“Ela deve ter falado isso em algum tipo de contexto que eu não sei exatamente. Mas, do ponto de vista da ciência, são muitas décadas de estudo para formar a teoria da evolução”, disse o ministro em entrevista à Rádio CBN.

Damares já defendeu o ensino religioso e prega pautas conservadoras em relação à educação. No vídeo, ela é entrevista pela pastora Cynthia Ferreira, do portal Fé em Jesus. O trecho exibido na internet tem 53 segundos e circulou a partir de quarta nas redes sociais, mas não há uma data de gravação.

“A igreja evangélica perdeu espaço na história. Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos. Quando nós não fomos ocupar a ciência. A igreja evangélica deixou a ciência para lá e ‘Ah, vamos deixar a ciência sozinha, caminhando sozinha’. E aí cientistas tomaram conta dessa área e nós nos afastamos”, afirmou na entrevista.

Metas para a pasta

O ministro também falou sobre as metas da pasta. Ele citou como prioridade a questão da água no Nordeste. “Essa segurança hídrica é função do Ministério do Desenvolvimento Regional, mas nós temos a função de ajudar na parte de tecnologias aplicáveis a isso”, disse.

Ele também comentou sobre os cortes, e afirmou que não foi discutida a possibilidade de retomar o programa Ciências sem Fronteiras, criado no governo Dilma e extinto pelo governo Temer. O ministro quer fazer ajustes para recuperar investimentos no CNPQ e na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ex-ministro da Educação vê erro operacional em edital, sem intenção Rossieli Soares também disse que, segundo técnicos da pasta, governo atual não pediu mudanças

O ex-ministro da Educação Rossieli Soares afirmou que o imbróglio envolvendo o edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) parece ter sido um erro operacional. “Pelo que ouvi de técnicos do ministério, o governo atual não pediu que fossem feitas mudanças no edital”, afirmou Soares a VEJA. “De nossa parte, posso garantir que não houve retirada de nenhum dos pontos suprimidos do edital publicado em 2 de janeiro. Pelo contrário, em outubro, sugerimos que fossem ampliados itens de valorização de minorias.”

Ainda de acordo com o ex-ministro e atual secretário de Educação do estado de São Paulo, funcionários do ministério reconheceram que uma confusão de versões antigas do edital podem ter resultado no texto errado publicado em 2 de janeiro — e já anulado. O edital do PNLD estabelece as condições que as editoras de materiais didáticos devem seguir para que seus produtos sejam avaliados e adotados pelo MEC, que distribui livros para as redes públicas de ensino.

Os erros do edital do PNLD vieram à tona nessa quarta-feira 9, quando o jornal O Estado de S. Paulo revelou que o novo edital não exigia mais que os livros didáticos tivessem referências bibliográficas e também abolia a proibição de publicidade e erros de ortografia. No mesmo dia, a Folha de S. Paulo noticiou que outros trechos do edital haviam sido alterados: um item que previa o “compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher” foi limado.

Após o problema vir a público, o novo ministro da Educação, Ricardo Veléz Rodriguez afirmou em nota que a versão publicada do edital é de responsabilidade do governo Michel Temer. O texto foi publicado no Diário Oficial no segundo dia do governo Bolsonaro, mas o texto foi elaborado em dezembro, ainda sob o comando de Rossieli Soares. Na própria quarta-feira, Veléz anulou o edital. Hoje, o MEC anunciou que abriu uma sindicância para apurar o erro.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Unincor abre vagas para o novo curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica Avançada e Saúde Integral

Janeiro 2019 - Com vagas disponíveis para janeiro, a nova Pós-Graduação em Nutrição Clínica Avançada e Saúde Integral da Unincor oferece conteúdo com embasamento científico e subsídios para aplicação prática e o devido acompanhamento no comportamento e tratamento alimentar e nutricional. Propõe ainda o uso do alimento e/ou suplementos nutricionais e fitoterápicos como instrumento terapêutico atendendo aos aspectos preventivos e curativos da alimentação e nutrição enquanto ciência da saúde. O investimento conta com matrícula de R\$220 e mensalidades de R\$299. As inscrições podem ser feitas através do link: <https://goo.gl/oWDrCM>

O curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica Avançada e Saúde Integral da UNINCOR é um modelo inovador de educação a distância que oferece videoaulas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e permite que o aluno tenha flexibilidade de horário com a possibilidades de assistir às aulas quantas vezes quiser. Além disso, os candidatos terão a disponibilidade de realizar sua avaliação presencial nas principais capitais brasileiras. Os polos para avaliação presencial podem ser conferidos através do link: <https://goo.gl/PABPtR>

O curso tem a coordenação da Professora Dr. Vanessa Fernandes Coutinho, nutricionista pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura - IMEC/RS. Doutora e Mestre em Ciência dos Alimentos e Nutrição pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Tem experiência em consultório e hospital, atendimento nutricional nas áreas de nutrição clínica, esportiva, estética e emagrecimento e é responsável pela pesquisa com suplementação com castanhas do Brasil (Pará) que levou ao maior consumo de oleaginosas no Brasil e seus efeitos antioxidantes.

A excelência profissional se constitui a partir da compreensão do efeito do alimento no organismo, as alterações metabólicas, interações e compreensão do estilo de vida e individualidade no atendimento, para assim se propor a terapia nutricional mais adequada a promoção e prevenção de saúde. A Pós-Graduação oferece a oportunidade de completar a formação do nutricionista a partir do seu aprimoramento técnico-científico, qualificando-o ao atendimento e tratamento preventivo e/ou curativo de pacientes ou populações.

Serviços:

Nutrição Clínica Avançada e Saúde Integral

Início do curso em janeiro

Matrícula: R\$ 220

De 18 x de R\$ 299

Carga Horária: 460h

Modalidade: Distância

Área de Conhecimento: Nutrição

Inscrições: <https://www.posgraduacaounincor.com.br/curso/traducao-ingles-portugues/62>

Atendimento ao aluno

Central de Atendimento para todos o Brasil: 4003-3109

Central de Matrícula: (31) 3058-0307

E-mail: relacionamento@posgraduacaounincor.com.br

Site: <http://www.posgraduacaounincor.com.br/cursos-pos-graduacao>

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC começa a ouvir servidores para investigar caso dos livros didáticos

Servidores do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) começaram a prestar esclarecimentos nesta quinta-feira, 10, sobre a mudança do edital dos livros didáticos. O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quinta que abriria uma sindicância, após a informação de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

Pessoas responsáveis pelo envio do documento que foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) foram chamadas para explicar como ocorreu o procedimento. Ainda não há informação se servidores ligados ao próprio ministério também foram chamados para prestar esclarecimentos, já que o documento é formulado em uma secretaria do MEC.

Indicado para a presidência do FNDE, Carlos Alberto Decotelli da Silva não quis comentar o caso. Ele disse que, enquanto sua nomeação não for publicada no DOU, não pode responder a nada que se refira a autarquia. "Toda a parte da presidência está ainda na gestão anterior", se limitou a dizer.

Ontem, o Estado revelou que no dia 2 de janeiro foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da pasta em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

"Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder

por isso", afirmou Soares nesta quinta em entrevista à Radio Eldorado. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil."

Integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Na quarta-feira, só depois das denúncias na imprensa, o MEC soltou nota avisando que "erros foram detectados" no documento.

Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão. Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher".

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Numa delas, em outubro, foram incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Piso salarial para o magistério é reajustado em 4,17%

Desde o dia 1º, o piso salarial do magistério está em R\$ 2.557,74, o que representa um aumento de 4,17%, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O valor corresponde ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal, jornada de 40 horas semanais.

De acordo com o MEC, esse formato para correção do piso salarial é utilizado desde o ano de 2010.

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Professores farão mestrado na Irlanda

Os selecionados receberão bolsas da Capes

Até 90 professores da educação básica receberão bolsa da **CAPES** para fazer mestrado profissional em um dos maiores centros de formação de docentes da Irlanda. A iniciativa é parte do Programa de Desenvolvimento Continuado (CPB), parceria entre a **CAPES** e o Mary Immaculate College.

Conforme acordo firmado entre as duas instituições, a faculdade irlandesa oferecerá um curso de mestrado profissional de um ano na área de Mentoria e Liderança em Educação. Como preparação, o programa inclui uma imersão de aperfeiçoamento em língua inglesa. O mestrado terá módulos sobre orientação, liderança escolar e

perspectivas globais sobre educação. Haverá três processos seletivos, e o primeiro será lançado nos próximos meses. Os próximos ocorrerão em 2020 e 2021.

A ideia do acordo surgiu com a entrega do Prêmio Professores do Brasil, que aproximou as duas instituições. Em 2018, os agraciados participaram de uma visita técnica organizada pela instituição irlandesa. O encontro envolveu palestras do corpo docente da MIC, visitas a escolas, reuniões com professores e diretores e participação em uma conferência sobre ensino de segunda língua. O itinerário incluiu visitas a locais culturais e excursões educacionais a Belfast e Dublin.

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

Vai e vem na Educação

MEC volta atrás sobre mudanças em livros didáticos. Edital publicado permitia publicidade em obras e não exigia mais referências bibliográficas

O Ministério da Educação (MEC) resolveu voltar atrás da decisão que retirava a restrição de publicidades em obras didáticas como critério para a compra de livros que seriam distribuídos para estudantes de escolas públicas do País. A mudança foi confirmada, em nota, pelo órgão e deve integrar a nova versão do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O MEC suspendeu ainda o trecho que exigia que a obra estivesse "isenta de erros", bem como a obrigação de inclusão das revisões bibliográficas. Além disso, o órgão havia retirado os temas relativos ao combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola do documento.

O Ministério, por sua vez, reiterou o compromisso com a educação igualitária e afirmou não ser verdade que "o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital".

O edital é base para orientação de aquisição de obras distribuídas pelo Governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas de todo o País.

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

100 mil VAGAS PARA O FIES NO 1º SEMESTRE DE 2019

Com oferta de 100 mil vagas no 1º semestre, o programa de financiamento estudantil Fies manterá em 2019 a mesma essência do ano passado. O edital do programa para a primeira metade deste ano traz apenas uma mudança na modalidade P-Fies, que usa funding dos bancos privados e que teve pouca contratação em 2017. As inscrições estarão abertas a partir de 5 de fevereiro.

[topo](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - COMUNICADO

PÍLULAS

A Escola Sesi Senai de Educação Básica e Educação Profissional, mantida no Ceará pela Federação das Indústrias, abriu vagas para interessados em se matricular no 1º ano do Ensino Médio no turno da tarde. Eis um desafio: afinal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que quer cortar verbas do Sistema S.

[topo](#)

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Rodríguez anula alterações em livros

Ministro barra mudanças em obras didáticas feitas em edital no dia 2. Entre elas estavam retirada de referência bibliográfica

Brasília – O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tornou “sem efeito” as mudanças feitas em edital para compra de livros didáticos que retiravam a exigência de referências bibliográficas, diversidade étnica e o compromisso com ações de não violência contra a mulher, informou a assessoria da pasta no fim da tarde de ontem. As alterações também removiam exigências de que as obras não tivessem erros de revisão ou de impressão e que os livros não apresentassem propaganda de marcas, produtos ou serviços comerciais. Segundo a assessoria do ministério, o 5º Aviso de Retificação do edital do Programa Nacional do Livro Didático 2020 foi produzido pela gestão anterior do MEC, mas as mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União do último dia 2.

Segundo informou a assessoria, o MEC “desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. O edital, cuja primeira versão foi publicada em março de 2018, contém diretrizes para aquisição de obras para o 6º e o 9º anos do ensino fundamental de escolas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. A compra do material, que deve ser usado em 2020, é feita pelo Programa Nacional do Livro. É comum haver alterações em documentos desse tipo. A mudança de 2 de janeiro é a quinta já realizada no edital, a primeira durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Leia a íntegra da nota do ministério: “O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018. O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

No edital alterado no último dia 2, o veto à publicidade (mesmo no caso de análise e interpretação de texto) nos livros também foi retirado do edital. Propagandas nesse tipo de material são consideradas abusivas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Alguns temas também havia sido retirados da parte do edital que orientava que determinados assuntos fossem trabalhados nas obras. Entre as temáticas excluídas estavam a promoção da cultura quilombola e dos povos dos campos e o combate e a prevenção da violência contra a mulher. Outra orientação que tinha sido deixada de fora do documento atualizado era a que previa que as ilustrações dos livros retratassem a diversidade étnica, social e cultural do povo brasileiro.

O edital do ministério foi aberto em março de 2018 e já passou por cinco mudanças. A penúltima versão, feita em outubro, exigia referências bibliográficas quando abordava a estrutura editorial das obras. A mudança feita segundo dia do governo Bolsonaro determina uso da fonte de informações apenas nos chamados livros integradores (que apresentam propostas simultâneas para o ensino de várias disciplinas).

As mudanças do dia 2 foram assinadas por Rogério Fernando Lot, presidente substituto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão subordinado ao MEC. Como o edital foi publicado no início de 2018, editoras que já inscreveram seus livros para avaliação do MEC e corriam o risco de ver suas obras reprovadas pelo novo governo. “Referências são consenso universal na produção científica”, afirma o vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Carlos Roberto Cury. “Primeiro, faz jus à autoria de alguém, senão é roubo acadêmico. Segundo, amplia para o leitor o universo de acesso ao conhecimento, e com a referência checa se a citação ou aquela história corresponde de fato à fonte principal”, disse.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Roraima deve receber mais de R\$ 750 milhões para Educação

Censo Escolar de 2018 calculou 700 alunos a mais que o ano anterior e foi base de cálculo para recursos de 2019

Com base nos números do último Censo Escolar, publicado em dezembro do ano passado, o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para Roraima neste ano foi estimado em R\$ 408.943.662,35. O valor dá uma média de R\$ 5.642,85 por aluno ao ano. O total geral dos recursos, somando àqueles destinados aos municípios, é de R\$ 754.870.885,99.

Atualmente, o governo do Estado tem 72.471 alunos regularmente matriculados. Desse número, destaca-se que 45.228 são do Ensino Fundamental, divididos entre iniciais e finais. O restante está entre estudantes do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial.

Conforme dados apresentados pela Secretaria Estadual de Educação e Desporto (Seed), o montante recebido pelo Fundeb demonstra que alunos da zona rural custam mais que os da zona urbana. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental da zona urbana, o valor por aluno em 2019 será de R\$ 4.888,97 e na zona rural, será de R\$ 5.622,32.

Já para os estudantes finais do Ensino Fundamental, os valores estimados por aluno na zona urbana chegam a R\$ 5.377,87 e na zona rural, o total é de R\$ 5.866,77, inclusive para áreas indígenas. Os números do Censo Escolar apontaram também que a quantidade de alunos aumentou em comparação ao ano retrasado, quando foram calculados 71.742 na educação estadual, 729 a mais do que em 2018. Em relação aos professores, o Censo Escolar de 2018 calculou o número de 4.268 docentes atuantes na rede estadual de ensino.

Gestões estaduais e municipais têm deveres diferentes sobre educação básica

As gestões estaduais e municipais trabalham em regime de colaboração, conforme determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Cada gestão tem uma competência específica e não pode trabalhar fora dos padrões determinados para cada um. Em Roraima, a lei está sendo devidamente respeitada e não há escolas de nível fundamental básico sendo administradas pela gestão estadual e, sim, pelos municípios onde estão localizadas.

Para o Estado, compete organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições dos seus interesses de ensino. “Deve também definir com os municípios formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional

das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público”, informou a Seed em nota enviada à reportagem.

Elaborar políticas e planos educacionais com integração e coordenação das ações e dos municípios também é responsabilidade da gestão estadual, assim como assegurar o Ensino Fundamental e oferecer com prioridade o Ensino Médio a todos que demandarem. O transporte público escolar da rede estadual é também dever do governo do Estado.

MUNICÍPIO – Já para as prefeituras, o sistema das diretrizes se mantém quase igualitário aos deveres da gestão estadual, mas é obrigatoriedade oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, com prioridade no Ensino Fundamental, que vai até o quinto ano, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

Assumir o transporte escolar da rede municipal também deve ser assegurado pelas prefeituras e exercer ação redistributiva em relação às escolas. Caso seja de interesse da gestão municipal, pode optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Seed não dá maiores esclarecimentos sobre dados

A equipe de reportagem procurou a Secretaria Estadual de Educação e Desporto (Seed) na quinta-feira, 3, solicitando o envio de dados e uma entrevista com a titular da pasta para falar mais sobre o assunto. Na terça-feira, 8, foram enviados os dados sobre o Censo Escolar e o Fundeb, mas não houve confirmação da entrevista com a secretária. Foi feito um novo pedido de entrevista para que pudesse explicar alguns dados da Seed, porém não houve retorno da assessoria até o fechamento desta matéria. (A.P.L)

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - AFFONSO RITTER

Polos de ensino a distância

O número de universitários do ensino a distância (EaD) saltou de 4,2% para 18,6% do total entre 2015 e 2016, de acordo com o último Censo de Educação Superior de 2016. Para atender a essa gama crescente de alunos, a Faculdade QI Brasil está firmando parcerias com empreendedores para abertura de polos de EaDs pelo Estado. Atualmente, já conta com três (Porto Alegre, São Jerônimo e Sapiranga). Os polos devem ter estrutura mínima, com recepção, banheiro com acessibilidade, computadores conectados à internet e equipamento para videoconferência, além de um espaço para atendimento aos alunos, que terão acesso aos cursos de graduação Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Comercial e Processos Gerenciais.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

MEC anula itens em edital que permitia erros em livros didáticos

Alterações no edital traziam o fim da proibição de publicidade nas obras que seriam distribuídas nas escolas

| EDUCAÇÃO

O Governo Federal informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos. Aviso publicado no Diário Oficial em 2 de janeiro tinha retirado do

edital que regula a compra de obras a exigência de que elas tivessem referências bibliográficas. As regras também tinham deixado de proibir publicidade e erros de revisão e impressão nos livros.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental II (6º a 9º ano).

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que "os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018". Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro do ministério desde o começo de dezembro.

O ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares afirmou que "não pode se responsabilizar" pelos erros. Segundo ele, em dezembro, a sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros didáticos.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes".

Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar "especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher".

topo ↕

HORA BRASIL - TEMPO REAL

INES/UAB seleciona 220 tutores para trabalho presencial ou a distância

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) está selecionando 220 profissionais para atuarem como tutores presenciais e/ou virtuais. A seleção é em parceria com a Universidade Aberta do Brasil/**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(UAB/CAPES)**.

Unifesp contrata 100 professores para orientação de TCC

Os escolhidos irão atuar como mediadores no curso de Graduação de Pedagogia na modalidade EaD. O tutor atuará por 20 horas semanais. Essas horas poderão ser cumpridas de acordo com o combinado entre o coordenador e o professor.

Para se candidatar é preciso ter graduação (Licenciatura e/ou Bacharelado) completa e pelo menos um ano de experiência no magistério da educação básica ou superior.

Além disso, o profissional deverá ter disponibilidade para participar das atividades presenciais que possam ocorrer, como reuniões e formação continuada e ter disponibilidade de atuar por 20 horas semanais para desenvolver atividades de tutoria presencial e/ou a distância.

Por fim, o tutor precisa ter acesso à internet, para poder realizar o trabalho de tutoria a

distância, e saber usar as ferramentas básicas de um computador. Os selecionados poderão atuar por até 48 meses.

Inscrições para as vagas para tutores do INES/UAB

Interessados deverão entrar no site <http://neo.ines.gov.br> para ter acesso a um formulário, que deverá ser preenchido e entregue junto aos documentos solicitados no edital, na hora da inscrição.

A data da inscrição varia de acordo com a instituição, acontecendo da seguinte forma:

31/01/2019 até 01/02/2019: Inscrição e entrega de documentação | Polo: IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Palhoça Bilíngue

04/02/2019 até 05/02/2019: Inscrição e entrega de documentação | Polos:

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos (Polo)
IFG – Instituto Federal de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia (Polo)
UEPA – Universidade do Estado do Pará (Polo)
UFAM – Universidade Federal do Amazonas (Polo)
UFBA – Universidade Federal da Bahia (Polo)
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados (Polo)
UFLA – Universidade Federal de Lavras (Polo)
UFPB – Universidade Federal da Paraíba (Polo)
UFPR – Universidade Federal do Paraná (Polo)
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Polo)
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo (Polo)
UFC – Universidade Federal do Ceará (Polo)

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Unisc oferece nova oportunidade de ingresso em mestrados e doutorados

A Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) está com inscrições abertas para os processos complementares de cinco programas de pós-graduação stricto sensu – Administração (mestrado), Letras (mestrado e doutorado), Promoção da Saúde (mestrado), Sistemas e Processos Industriais (mestrado) e Tecnologia Ambiental (mestrado e doutorado). Os interessados devem se inscrever pelo site de cada programa, conforme os prazos no quadro abaixo.

Tanto para os mestrados quanto para os doutorados, a Unisc oferece a opção de financiamento próprio (Credipós) ou por meio das cooperativas de crédito Sicredi e Unicred. No caso de pagamento à vista dos cursos, o desconto concedido é de 15%. O início das aulas de todos os programas será no mês de março.

Novos cursos

A Unisc também está com inscrições abertas para dois novos cursos aprovados recentemente pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Doutorado em Promoção da Saúde e o Mestrado Profissional em Psicologia. Para o primeiro, o prazo de inscrição segue até o dia 17 de março, pelo site www.unisc.br/ppgpls. O público-alvo são portadores de diploma de mestrado em áreas biológicas, bioquímicas e da saúde.

Já para o segundo curso, as inscrições estão abertas até 29 de março, pelo site www.unisc.br/ppgpsi ou pessoalmente na Central de Atendimento da Unisc, no bloco 5 (no caso de envio da documentação via Sedex, a postagem deve ser feita até o dia 22 de março). Podem se inscrever egressos de Psicologia e de cursos das áreas da saúde, ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Mais informações pelos telefones (51) 3717-7602 (Promoção da Saúde) e 3717-7389 (Psicologia).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC vai abrir sindicância para investigar caso dos livros didáticos

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir sindicância para investigar o que aconteceu no caso da mudança do edital dos livros didáticos. Surgiram informações de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Por outro lado, há os que afirmam que foi apenas um equívoco do servidor que mandou o link do edital para o Diário Oficial.

Ontem o Estadão revelou as mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 em escolas do ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que a medida seria anulada. Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão.

O governo de Jair Bolsonaro culpou a gestão anterior, já que o edital estava datado do dia 28 de dezembro. “Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou hoje cedo em entrevista à Radio Eldorado, o ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

A publicação no Diário Oficial aconteceu no dia 2 de janeiro, quando Bolsonaro já era o presidente. Integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. Ontem, só depois das denúncias na imprensa, o MEC soltou nota avisando que “erros foram detectados” no documento.

“Nós não fizemos nenhuma alteração, não entendemos o que aconteceu, não posso me responsabilizar sobre publicações no Diário Oficial do dia 2 de janeiro, quando já não era mais ministro”, voltou a dizer Rossieli. Segundo ele, a única mudança no edital feita pela gestão anterior envolvia o esclarecimento de regras sobre arquivos audiovisuais que acompanham os livros didáticos.

Entre os outros trechos que haviam sido mudados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

O edital foi modificado cinco vezes ao longo do ano. Numa delas, em outubro, foram

incluídos os itens de maior valorização da mulher, dos quilombolas, a proibição de erros e publicidade e as exigências de referências bibliográficas. O que se imagina é que algum funcionário tenha mandado para o Diário Oficial o arquivo do edital anterior a esse. Mas o que MEC quer saber é se houve intenção ou foi apenas um erro de procedimento.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC abre sindicância sobre mudanças em livros didáticos

BRASÍLIA - O Ministério da Educação informou que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez determinou a abertura de uma sindicância para apurar quem foi o responsável pelas mudanças no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), publicadas no dia 2 de janeiro no Diário Oficial da União. As alterações passaram a permitir a presença de publicidade e de erros nas obras, além de suprimir o combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola nos materiais.

Após repercussão na imprensa das alterações, Vélez divulgou nota atribuindo as novas regras à gestão passada. O ex-ministro da Educação Rossieli Soares, no entanto, negou que o governo Temer tenha encaminhado tais mudanças para publicação. Questionado, o MEC informou nesta quinta-feira que Vélez pediu abertura de sindicância e que somente após a apuração será possível responder quem efetuou as alterações.

A equipe de transição do governo Bolsonaro já estava participando de reuniões no MEC e em órgãos vinculados ao longo de dezembro, quando alterações no edital do programa foram instruídas no governo Temer. As mudanças, segundo Rossieli Soares, tratava apenas de questões técnicas, não suprimia nem adicionava os trechos publicados no dia 2, já no governo Bolsonaro.

As alterações foram assinadas pelo presidente substituto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Lot. Procurada pelo GLOBO, o órgão não retornou sobre questionamentos a respeito do episódio.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Não se deve misturar ciência com religião, diz Marcos Pontes sobre vídeo de Damares

Em entrevista à CBN, ministro afirmou que teoria da evolução, questionada pela colega de Direitos Humanos, é fruto de longos anos de estudo e consenso entre acadêmicos

RIO - O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, rebateu nesta quinta-feira a fala da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, sobre a teoria da evolução. Em um vídeo que veio a público na quarta-feira, de uma entrevista dada por Damares em 2013, ela dizia que a "igreja evangélica perdeu espaço na História ao deixar a teoria da evolução entrar nas escolas".

— Não se deve misturar ciência com religião — comentou o ministro, em entrevista à Rádio CBN.

Para Pontes, do ponto de vista científico, são décadas de estudo para que a teoria da evolução fosse formada, e que, por isso, a tese não deveria ser questionada.

— Ela deve ter falado em algum tipo de contexto que eu não sei exatamente —

ponderou ele. — Do ponto de vista da ciência, são muitas décadas de estudo pra formar a teoria da evolução, de Darwin em diante.

Em entrevista à pastora Cynthia Ferreira, em 2013, quando perguntada sobre o papel da Igreja e dos fiéis na política, Damares deu a entender que os evangélicos precisavam "ocupar a ciência". À época, ela era funcionária do gabinete do então deputado Arolde Oliveira (PSD), eleito senador em 2018, pelo estado do Rio de Janeiro, após nove mandatos como deputado federal.

— A igreja evangélica perdeu espaço na História. Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos. Quando nós não fomos ocupar a ciência. A igreja evangélica deixou a ciência para lá. "Ah, vamos deixar a ciência caminhar sozinha". E aí cientistas tomaram conta dessa área. E nós nos afastamos — disse Damares.

Meta de 2% do PIB para ciência

O ministro Marcos Pontes também afirmou à CBN que trabalha para que 2% do Produto Interno Bruto (PIB) sejam destinados para pesquisas em ciência e tecnologia. Dentre os projetos prioritários para a pasta, ele apontou a expansão da internet de banda larga em todo o país e o aumento de projetos que envolvam a produção de inovação de produtos e serviços.

— O Brasil está muito atrás em inovação. Temos muitas publicações e poucas inovações. Precisamos melhorar a presença de empresas, produzir lucros para o país. Precisamos ajudar as empresas a terem um ambiente positivo de negócios — afirmou Pontes, que disse contar também com o apoio do setor privado para alavancar o setor de pesquisas no Brasil.

Pontes afirmou que vai a Israel ainda neste mês para conhecer as tecnologias de dessalinização de água. Apesar de assuntos relacionados à segurança hídrica serem de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional, Pontes explicou que sua pasta irá trabalhar em conjunto para o melhor conhecimento desses equipamentos.

Questionado sobre uma possível retomada do programa Ciências sem Fronteiras, encerrado em 2017, o ministro afirmou que o tema não foi discutido em conversas com a comunidade científica. Ele disse, ainda, que será necessário um reajuste orçamentário na pasta para recuperar os investimentos no CNPq e no Finep, com recursos garantidos até setembro deste ano. Entre as saídas elencadas, destacou o uso de emendas parlamentares.

— O CNPq é essencial em pesquisa básica. É um dos nossos motores. Esse problema será tratado ao longo do ano — afirmou ele.

Além de recursos parlamentares, Pontes apontou para necessidade de atrair o setor privado para fomentar investimentos na área.

— De imediato, precisamos atrair o setor privado no sistema. Precisamos ajudá-los a ter um ambiente positivo de negócios. Precisamos que o dinheiro tenha um retorno claro em produção de riquezas — defendeu o ministro.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ex-ministro da Educação diz não saber o que aconteceu em edital de livros Para Soares, é difícil apontar se a publicação foi feita de forma equivocada ou se houve boicote

O ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares, voltou a negar responsabilidade por mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos. Conforme o jornal O Estado de S.Paulo revelou, o texto publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 2 de janeiro retirava a exigência de que as obras tivessem referências bibliográficas, deixava de proibir publicidade e o controle de erros passava a ser menos rígido.

Em entrevista à Rádio Eldorado, o ex-ministro e agora secretário da Educação em São Paulo disse que não sabe o que aconteceu e que espera não ter havido boicote de servidores ao governo de Jair Bolsonaro. "Nós não fizemos nenhuma alteração, não entendemos o que aconteceu, não posso me responsabilizar sobre publicações no Diário Oficial do dia 2 de janeiro, quando já não era mais ministro", afirmou.

Rossieli Soares voltou a falar que a única mudança no edital feita pela gestão anterior envolvia o esclarecimento de regras sobre arquivos audiovisuais que acompanham os livros didáticos. No edital publicado, metade de um item que se referia às mulheres foi cortado em relação à versão anterior. O ex-ministro declarou que não haveria motivo para este tema ter sido suprimido.

Para Soares, é difícil apontar se a publicação foi feita de forma equivocada ou se houve boicote. "Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso", afirmou. "Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo, pelo bem do Brasil."

Entenda o caso

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadao.com.br nesta quarta-feira (9/1). Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental 2 (6.º a 9.º ano) e entregues em 2020.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam "promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo". Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia que os livros deveriam dar "especial atenção" ao compromisso educacional com "a agenda da não violência contra a mulher".

Em nota divulgada na noite dessa quarta, o governo informou que "os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e

enviada em 28 de dezembro de 2018" Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que "não pode se responsabilizar" pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. "Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso", afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Doria (PSDB), em São Paulo.

Segundo uma servidora disse ao jornal O Estado de S. Paulo, havia uma versão do edital sem todas essas menções em agosto. E que ela mesma pediu alterações para que ficasse mais claro que não poderia haver erros nos livros e que as referências bibliográficas eram cruciais. Ela também requisitou que o texto deixasse mais clara a necessidade de valorização dos quilombolas e mulheres nas obras didáticas. Todas essas mudanças foram feitas e publicadas em outubro. Em dezembro, a mesma servidora pediu novas modificações, relacionadas aos arquivos de áudio, como mencionou o ex-ministro.

Em 2 de janeiro, no entanto, foi publicado no Diário Oficial um link para uma versão que não tinha as mudanças feitas em outubro, somente a modificação relacionada ao arquivo de áudio. O texto é semelhante ao que existia em agosto. Quem assina o "aviso de alteração" é um substituto do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida dos livros didáticos, Rogério Fernando Lot. O presidente do FNDE na gestão Temer, Silvio Pinheiro, já não estava mais no MEC.

A nota do ministério diz ainda que "reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital". A decisão de anular as mudanças foi tomada mais de seis horas depois de o Estado revelar a medida.

Repercussão

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC foi se tornando, ao longo dos anos, muito rígido na escolha das obras, o que é elogiado no setor educacional. Por exemplo: materiais que tivessem erros em mais de 10% das páginas eram desclassificados. "O programa tem cada vez menos subjetividade da avaliação, é mais transparente, com menos ideologia. Esperamos que isso continue", diz a diretora da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares (Abrelivros), Vera Cabral. A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao jornal, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a "verdade" sobre o "regime de 1964"

Os especialistas tinham considerado grave a retirada de exigência de referências bibliográficas nos livros. "Poderia se escrever que a Terra é plana e não mostrar nenhum

embasamento teórico científico", disse uma autora, que preferiu não ter o nome publicado.

"A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, Os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação", acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

A preocupação era de que se o texto ficasse como estava poderiam ser aprovados livros de menor qualidade. O edital que havia sido mudado faz parte de um processo que começou no ano passado. O MEC já recebeu todos os livros que se candidataram para estar nas escolas em 2020 e vai fazer a avaliação neste semestre. Os que respeitarem as exigências do edital e forem aprovados ficam aptos para serem comprados para as escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Udesc oferece 392 vagas de graduação a candidatos do Enem com inscrição em janeiro

Estudantes devem se inscrever gratuitamente na primeira edição de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) entre os dias 22 e 25 deste mês.

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) oferece 392 vagas em 43 cursos de graduação para o primeiro semestre deste ano aos candidatos que fizeram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018. Para isso, os estudantes devem se inscrever gratuitamente na primeira edição de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) entre 22 e 25 de janeiro, no site do Ministério da Educação (MEC).

As vagas em questão da Udesc são para as cidades de Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Pinhalzinho e São Bento do Sul. O edital pode ser conferido no site da universidade.

Das vagas de cada curso da Udesc, 20% delas estão destinadas para candidatos que tenham feito integralmente o Ensino Médio na rede pública e 10% são oferecidas para negros.

Sisu

Cada participante pode escolher até duas opções de cursos de graduação no Sisu, conforme as notas de corte. O desempenho dos candidatos no Enem será publicado em 18 de janeiro. Somente poderá se inscrever na seleção do MEC quem fez todas as provas do Enem em 2018, conseguir nota acima de zero na redação e tiver certificado de conclusão do Ensino Médio para a matrícula na universidade.

Durante o período de inscrições, a classificação parcial e a nota de corte do Sisu serão divulgadas diariamente para consulta no site do MEC e no aplicativo do Sistema de Seleção Unificada. O resultado da primeira chamada será publicado em 28 de janeiro, enquanto a matrícula da Udesc ocorrerá nos dias 30 e 31 de janeiro e 1º e 4 de fevereiro.

O prazo para participar da lista de espera dos cursos ficará aberto de 28 de janeiro a 4 de fevereiro. A convocação para as vagas que não forem preenchidas está prevista para começar a partir de 7 de fevereiro.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC abrirá sindicância para investigar caso dos livros didáticos
Trechos do edital responsável pela seleção do material haviam sido alterados.
Presidente responsabilizou antiga gestão pelas modificações

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir sindicância para investigar o que aconteceu no caso da mudança do edital dos livros didáticos. Surgiram informações de que funcionários poderiam ter tirado partes do texto para boicotar o atual ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues. Por outro lado, há a possibilidade de ter sido apenas um equívoco do servidor que mandou o link do edital para o Diário Oficial da União (DOU).

As informações foram divulgadas de antemão pelo blog da Renata Carfado, no site do jornal O Estado de S.Paulo. Na quarta-feira (9/1), as mudanças no edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020 em escolas do ensino fundamental foram reveladas. No fim do dia, o MEC informou que a medida seria anulada. Segundo o texto do novo edital, não seria mais necessário que os materiais tivessem referências bibliográficas e também havia sido retirado o item que impedia publicidade e erros de revisão e impressão.

Em entrevista à rádio Eldorado nesta manhã, o ex-ministro e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, disse não acreditar que tenha havido boicote. “Não sei se houve alguma coisa intencional de algum colaborador, não posso responder por isso”, afirmou. “Eu espero que não seja (boicote), porque eu torço para que o novo ministro dê certo pelo bem do Brasil.”

O governo de Jair Bolsonaro culpou a gestão anterior, já que o edital estava datado do dia 28 de dezembro. “Nós não fizemos nenhuma alteração, não entendemos o que aconteceu, não posso me responsabilizar sobre publicações no Diário Oficial do dia 2 de janeiro, quando já não era mais ministro”, voltou a Rossieli Soares.

Segundo ele, a única mudança no edital feita pela gestão anterior envolvia o esclarecimento de regras sobre arquivos audiovisuais que acompanham os livros didáticos.

Entre os outros trechos alterados estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes”.

Metade de um item que se referia às mulheres também tinha sido cortado. Ele dizia que os livros deveriam dar “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC anula mudança em edital que permitia publicidade em livro didático

O governo de Jair Bolsonaro informou que vai anular as mudanças nos critérios de avaliação dos livros didáticos, como o fim da exigência de referências bibliográficas e o veto à publicidade nas obras, após a medida ter sido revelada pelo estadao.com.br nesta quarta-feira, 9. Aviso publicado no Diário Oficial da União em 2 de janeiro sobre o edital que regula a compra dos livros também havia tornado menos rígido o controle de

erros de revisão e impressão nos materiais. Segundo especialistas, as alterações poderiam permitir a aprovação de obras de baixa qualidade.

O Ministério da Educação (MEC) compra livros didáticos para todas as escolas públicas do País. São cerca de 150 milhões de obras por ano, com custo de R\$ 1 bilhão. As mudanças tinham sido feitas no programa cujos livros serão adquiridos para o ensino fundamental 2 (6.º a 9.º ano) e entregues em 2020.

Entre os outros trechos que haviam sido suprimidos, estava o que dizia que as obras deveriam “promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. Metade de um item que se referia às mulheres também havia sido cortado. Dizia que os livros deveriam dar “especial atenção” ao compromisso educacional com “a agenda da não violência contra a mulher”.

Em nota divulgada na noite de ontem, o governo informou que “os erros foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada em 28 de dezembro de 2018”. Integrantes da atual equipe já trabalhavam na transição dentro da pasta desde o início de dezembro.

Ex-ministro da Educação na gestão de Michel Temer, Rossieli Soares disse que “não pode se responsabilizar” pelos erros. Segundo ele, em dezembro, sua gestão pediu uma única mudança no edital para esclarecer regras sobre arquivos de áudio que acompanham os livros. “Não pedimos nenhuma alteração que diminua o papel da mulher ou do quilombola, pelo contrário, fizemos uma retificação em outubro que deixou mais clara a importância disso”, afirmou Rossieli, agora secretário da Educação do governo João Doria (PSDB), em São Paulo.

Segundo uma servidora disse ao jornal O Estado de S. Paulo, havia uma versão do edital sem todas essas menções em agosto. E que ela mesma pediu alterações para que ficasse mais claro que não poderia haver erros nos livros e que as referências bibliográficas eram cruciais. Ela também requisitou que o texto deixasse mais clara a necessidade de valorização dos quilombolas e mulheres nas obras didáticas. Todas essas mudanças foram feitas e publicadas em outubro. Em dezembro, a mesma servidora pediu novas modificações, relacionadas aos arquivos de áudio, como mencionou o ex-ministro.

Em 2 de janeiro, no entanto, foi publicado no Diário Oficial um link para uma versão que não tinha as mudanças feitas em outubro, somente a modificação relacionada ao arquivo de áudio. O texto é semelhante ao que existia em agosto. Quem assina o “aviso de alteração” é um substituto do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida dos livros didáticos, Rogério Fernando Lot. O presidente do FNDE na gestão Temer, Silvio Pinheiro, já não estava mais no MEC.

A nota do ministério diz ainda que “reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”. A decisão de anular as mudanças foi tomada mais de seis horas depois de o Estado revelar a medida.

Repercussão

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC foi se tornando, ao longo dos anos, muito rígido na escolha das obras, o que é elogiado no setor educacional. Por exemplo: materiais que tivessem erros em mais de 10% das páginas eram desclassificados. “O programa tem cada vez menos subjetividade da avaliação, é mais transparente, com menos ideologia. Esperamos que isso continue”, diz a diretora da Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares (Abrelivros), Vera Cabral.

A notícia ontem de que o edital havia sido mudado deixou atônitos autores, representantes de editoras e educadores. Antes da posse de Bolsonaro, especialistas tinham receio da política que viria para obras escolares. Isso porque o general Aléssio Ribeiro Souto, que fazia parte do grupo que discutia educação no futuro governo, disse ao jornal, que se estudava fazer revisão das bibliografias para evitar que crianças fossem expostas a ideologias e conteúdo impróprio. Afirmou ainda que os professores deveriam contar a “verdade” sobre o “regime de 1964”.

Os especialistas tinham considerado grave a retirada de exigência de referências bibliográficas nos livros. “Poderia se escrever que a Terra é plana e não mostrar nenhum embasamento teórico científico”, disse uma autora, que preferiu não ter o nome publicado.

“A valorização do pensamento científico é muito importante para qualquer sociedade, Os alunos precisam aprender a importância de se saber onde veio a informação”, acrescentou a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz.

A preocupação era de que se o texto ficasse como estava poderiam ser aprovados livros de menor qualidade. O edital que havia sido mudado faz parte de um processo que começou no ano passado. O MEC já recebeu todos os livros que se candidataram para estar nas escolas em 2020 e vai fazer a avaliação neste semestre. Os que respeitarem as exigências do edital e forem aprovados ficam aptos para serem comprados para as escolas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

Com mudanças, Sisu abre inscrições no próximo dia 22

Novas regras abrangem formação da lista de espera, vagas para pessoas com deficiência e validação para entrada de cotistas

A primeira edição de 2019 do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) – que vai selecionar alunos para 6.339 vagas em cursos de graduação da UFMG para entrada nos dois períodos letivos – será aberta no próximo dia 22, com novas regras. Desde 2017, a UFMG utiliza apenas uma edição anual do Sisu.

Edital 83 do Ministério da Educação, publicado em 21 de novembro no Diário Oficial da União, altera a regulamentação da Lei de Cotas e da lista de espera. No primeiro caso, as mudanças referem-se ao critério utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a geração de indicadores referentes às pessoas com deficiência. Na prática, será utilizado como referência em Minas Gerais o percentual mínimo de 8,4% para definição das vagas reservadas para esse público. Mesmo com a mudança no critério para definição, que diminui o percentual de vagas destinadas a pessoas com deficiência, foi garantida ao menos uma vaga por curso, conforme

recomendado na legislação.

Com relação à lista de espera, o edital do MEC estabelece duas alterações. A partir de agora, "o estudante selecionado na chamada regular em uma de suas opções de vaga não poderá participar da lista de espera, independentemente de ter realizado sua matrícula na instituição para a qual foi selecionado". Assim, pelas novas regras, se o candidato for selecionado na chamada regular para uma vaga em instituição de educação superior participante, mesmo que seja sua segunda opção, e ainda que não se matricule, não poderá participar da lista de espera.

Caso o candidato não seja selecionado na chamada regular, em nenhuma de suas opções, é considerado apto a participar da lista de espera. Até a edição 2018 do Sisu, o candidato só podia manifestar interesse na lista de espera para o curso de sua primeira opção. A partir de agora, embora só possa manifestar interesse em uma vaga, esta poderá ser a de primeira ou de segunda opções para as quais se inscreveu.

O mesmo edital do MEC também define que o candidato deverá manifestar seu interesse por meio da página do Sisu na internet, no período de 28 de janeiro de 2019 até as 23h59 do dia 4 de fevereiro de 2019.

Além das alterações definidas pelo MEC, a UFMG vai introduzir, a partir desta edição do Sisu, duas mudanças na identificação de candidatos que optarem por reserva de vagas. No dia do registro presencial, os candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) deverão se apresentar a uma comissão que avaliará se eles têm características que os identifiquem como pertencentes ao grupo racial negro. Os autodeclarados indígenas deverão apresentar documentos comprobatórios de pertencimento a povo indígena emitidos por três autoridades indígenas. Os candidatos que se inscreverem em cotas para pessoa com deficiência passarão por banca de verificação e validação.

A reitora Sandra Regina Goulart Almeida afirma que as mudanças implementadas neste ano por determinação do MEC e a adoção de novas sistemáticas pela UFMG "objetivam melhorar a forma de seleção dos estudantes e tornar o processo mais justo e transparente, democratizando cada vez mais o acesso ao ensino superior". Ela ressalta que "como uma das melhores universidades brasileiras, como destacam várias avaliações, a UFMG é uma das mais procuradas pelos estudantes de todo o país".

O vice-reitor, Alessandro Moreira, comenta que o candidato deve ficar mais atento e fazer uma escolha consciente, o que reduz a evasão. Também destaca a importância de adequar as vagas para estudantes com deficiência aos dados do IBGE e de adotar mecanismos para avaliar a declaração racial.

As inscrições ao Sisu devem ser feitas exclusivamente pela internet, de terça-feira, 22, até as 23h59 (horário de Brasília) de sexta-feira, 25 de janeiro. Todas as 6.339 vagas em cursos de graduação oferecidas pela UFMG por meio do Sisu, com ingresso nos dois semestres letivos, serão preenchidas nesta edição. Podem concorrer a uma vaga candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 e tenham obtido nota superior a zero na redação.

Democratização do acesso

Benigna Oliveira destaca que, na última década, a UFMG tem permanecido entre as

melhores instituições de ensino superior do país, com bom desempenho em todas as áreas do conhecimento – como demonstram as avaliações anuais do MEC desde 2007 –, o que “constitui um dos motivos para que seja uma das mais procuradas pelos candidatos no Sisu”. A pró-reitora também ressalta “a importância das políticas de assistência estudantil que têm sido fortalecidas na Instituição”.

A professora comenta que a adesão ao sistema nacional de seleção contribui para a democratização do acesso ao ensino superior, como se pode observar em relatório da Pró-reitoria de Graduação, segundo o qual a UFMG tem recebido mais estudantes negros, de famílias de renda mais baixa e de outros estados.

Os candidatos a cursos de graduação na UFMG que optarem por reserva de vagas para autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas terão sua inscrição analisada por uma comissão de heteroidentificação – de origem grega, o radical hetero encerra a ideia de ‘outro’.

O pró-reitor adjunto de Assuntos Estudantis, Rodrigo Ednilson, informa que a comissão será implementada a partir deste ano, para atender os novos ingressantes, não tendo, portanto, ação retroativa. “Trata-se de comissão ordinária, não de sindicância, que funcionará de forma complementar ao processo de registro acadêmico”, explica.

No dia do procedimento presencial, o candidato que optou por essa modalidade de cota deve apresentar a documentação necessária – incluindo a que comprove ter feito todo o ensino médio em escola pública, condição básica para concorrer à reserva de vagas –, além de fazer a marcação da autodeclaração em formulário específico, preencher a carta consubstanciada e entregá-la à comissão, que vai emitir um parecer, em poucos dias.

A autodeclaração ou carta consubstanciada deve ser redigida em formulário próprio. Trata-se, segundo Rodrigo Ednilson, de ferramenta importante no acompanhamento da efetividade da Política de Ações Afirmativas, destinada à inclusão de pessoas negras (pretos ou pardos) e indígenas. A criação da comissão de heteroidentificação “não substitui a autodeclaração, que continua a vigorar como princípio importante do reconhecimento da identidade dos sujeitos”, diz.

Os dois instrumentos, pondera o professor, aumentam os custos de uma autodeclaração falsa, contribuem para que o candidato reflita sobre o modo como é visto pela sociedade e auxiliam a Universidade no aprimoramento dos seus métodos de acompanhamento dessa política. “Com base na análise de todas as condições, o registro acadêmico será deferido ou não”, completa o professor, lembrando que o candidato só se torna estudante da UFMG se cumprir todos os requisitos definidos em edital.

Novos critérios

De acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as mudanças recém-adotadas pelo IBGE nos critérios de definição de pessoas com deficiência possibilitam identificar “com maior fidedignidade as pessoas com deficiência moderada e grave, que apresentam ‘impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas’, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão”.

Antes da alteração nos critérios, 24% da população brasileira apresentava, segundo o Censo Demográfico de 2010, certo grau de limitação. “Pessoas que declaravam ter alguma deficiência, mesmo que informassem não apresentar dificuldade para realizar tarefas, eram incluídas nessa classificação”, explica a diretora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, professora Adriana Valladão. Ao aplicar a nova linha de corte, o percentual de pessoas com deficiência cai para 6,7% da população residente no país, pois se refere a quem tem muita dificuldade ou não consegue realizar, de modo algum, determinadas tarefas.

A releitura dos dados ocorreu, segundo o Instituto, em consonância com o objetivo institucional de incorporar de forma consistente as boas práticas internacionais e para garantir a comparabilidade entre os países que produzem dados censitários sobre pessoas com deficiência, com base no marco conceitual difundido pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (GW).

Para a professora Adriana Valladão, o novo percentual é “mais realista”. Em 2018, foram reservadas 680 vagas para esse público, mas a UFMG recebeu apenas 240 estudantes com deficiência. “Pelo novo cálculo, serão abertas 319 vagas para entrada pelo Sisu”, acrescenta.

A diretora do NAI pondera que receber esse contingente no ano passado foi um desafio, por ser um número bastante significativo e com uma grande diversidade de demandas. Adriana Valladão destaca o papel fundamental dos colegiados de curso e dos docentes que se envolveram no acolhimento e na solução para situações específicas, como a elaboração de planos de ensino individualizados.

“Foi uma experiência muito positiva para a Universidade. Ela nos deixou mais bem preparados para acolher os novos alunos”, avalia a diretora do NAI, ressaltando que alguns desafios permanecem, como aspectos da acessibilidade física dos campi, que demanda recursos e investimentos de grande monta, em um momento de cortes orçamentários. “São barreiras que ultrapassam nosso âmbito de ação”, enfatiza.

Leitura em Braille

De acordo com edital da UFMG, complementar ao que regulamenta o processo seletivo para acesso aos cursos presenciais de graduação em 2019, dos candidatos selecionados por meio do Sisu, não poderão concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência aqueles que apresentem deformidades estéticas, deficiências sensoriais que não impliquem impedimento ou restrição para o seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem, transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (CID10-F81), dislexia e outras disfunções simbólicas (CID-R48), transtornos hipercinéticos (CID10-F90), transtornos mentais e comportamentais (CID10-F00 – F99) ou mobilidade reduzida. A comprovação da deficiência e consequente elegibilidade para as vagas reservadas às pessoas com deficiência terão por base os termos dos decretos 3.298/99 e 5.296/04 e da Lei 12.764/12.

Banca de validação

Como no ano passado, os candidatos que optarem pela modalidade de reserva de vagas para pessoa com deficiência devem apresentar, no registro acadêmico presencial, documentos como relatório médico e, quando for o caso, exames complementares que comprovem essa condição. A novidade neste ano é que a entrega será feita a uma banca

CLIPPING



de verificação e validação, à qual o candidato deve obrigatoriamente se submeter.

A banca será composta de uma equipe multidisciplinar. “No primeiro ano, trabalhamos apenas com a avaliação da condição de deficiência feita por um médico perito, mas, considerando a legislação vigente e a vivência de outras universidades, percebemos a importância da atuação dessa equipe”, relata Adriana Valladão.

O candidato que optou por concorrer nessa modalidade de reserva e que não apresentar a documentação nos termos do edital, terá seu registro acadêmico cancelado e perderá o direito à vaga no curso para o qual foi classificado. O mesmo ocorrerá com o candidato que não tiver sua condição validada pela banca.

Caso a banca tenha alguma dúvida na análise, o candidato será encaminhado para avaliação do perito de plantão no Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (Dast) da UFMG. A partir deste ano, todo o trabalho das bancas de verificação será gravado e filmado, mediante termo de autorização do candidato. “Trata-se de segurança para o candidato e para a Universidade”, justifica a professora.

